

SIMONE MARIA DE SOUZA

**O MST E A EDUCAÇÃO: PERSPECTIVA DE
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA**

**Recife,
Abril de 2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO**

SIMONE MARIA DE SOUZA

**O MST E A EDUCAÇÃO: PERSPECTIVA DE
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE), como requisito parcial para
obtenção do título de mestra,
sob a orientação da Prof^a.Dr.^a Maria de
Fátima Gomes de Lucena.**

**Recife,
Abril de 2003**

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr^a. Maria de Fátima Gomes de Lucena
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE
Presidente da Banca

Professora Dr^a. Edelweiss Falcão de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE
Titular Interna

Professora Dr^a. Franci Gomes Cardoso
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFMA
Titular Externa

Dedico a todas/os trabalhadoras/es que
lutam pela construção de uma nova hegemonia.

AGRADECIMENTOS

A Maria de Fátima Gomes de Lucena, mais do que orientadora, amiga, sempre presente nos momentos de dúvidas e reflexões sobre o objeto de estudo, estimulando sempre a busca pelo novo para uma melhor apreensão do real.

Aos meus pais, irmãos, irmão e a todos os meus familiares .

A Cristiano Ramalho, por tudo de bom que vivemos juntos.

Às Coordenadoras do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST/PE, Rubneuz, Ana Cláudia, Lud e Sueli.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, que contribuíram na minha formação acadêmica e profissional.

Às colegas de turma (Ana Glória, Adriana, Andréa, Cristiane, Édrija, Fátima, Griselda, Janaína, Josenice, Miriam, Sérgio, Valdenice, Vitória e Yara).

A Jacilene e a Gilberto, pela dedicação, carinho e atenção.

A Nair Casagrande, Kaliane Rocha e Emanuella Amorim pela acolhida.

A Rubneuz Souza, por gentilmente ter-me cedido seu importantíssimo trabalho monográfico.

A Saulo Araújo, Marcelo Pereira, Luiz Cunha, Sheila Nadéria, Andréa Butto e a Luciana pela atenção no momento em que quase me faltaram as palavras para a conclusão desse trabalho.

E, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo apoio financeiro foi imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa.

MARCHAR E VENCER

Marchar é mais do que andar
É mostrar com os pés o que dizem os sentimentos
Transformar a quietude em rebeldia
É traçar com os passos
O roteiro que nos leva à dignidade sem lamentos.

As fileiras com cordões humanos
Mostram os sinais dos rastros perfilados
Dizendo em seu silêncio
Que é preciso despertar
É colocar em movimento
Milhões de pés sofridos, humilhados em todo o tempo
Sem temer tecer a liberdade.

É nessas marcas de bravos lutadores
Iniciamos a edificação de novos seres construtores
De um projeto que levará à nova sociedade.

Marchamos por saber que em cada coração há uma esperança
Há uma chama despertada em cada peito
E a mesma luz é que nos faz seguir em frente
É tecer a história assim de nosso jeito.

Marchar se faz necessário
Para espantar os abutres desta estrada
E construir sem medo o amanhecer.
Pois se eternos são os sonhos
Eterna também é
Acerteza de vencer.

Ademar Bogo

RESUMO

Esta dissertação está inserida na linha de pesquisa Processos de Mobilização e Organização Popular, que tem como área temática Serviço Social Ação Política e Sujeitos Coletivos. Realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), buscamos analisar como o projeto político de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem contribuído para a construção de uma nova hegemonia. Para respondermos a tal questão, utilizamos como instrumento de coleta de dados a análise de documentos elaborados pelo MST, a participação em reuniões de organização e Encontro dos Sem Terrinha além da realização de entrevistas semi-estruturadas com as coordenadoras do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST/PE. Os resultados indicam que o MST, através de seu projeto político de educação, tem vislumbrado a construção de uma nova hegemonia, ou seja, uma nova forma de pensar e agir. Esse novo tem como instrumento educativo as atividades coletivas desenvolvidas dentro/pelo próprio Movimento, no sentido de que, à medida em que as novas relações sociais vão se constituindo, consolidem a proposta de uma nova organização do trabalho estimulada pelo MST. Por fim, concluímos que esta dissertação é relevante por ser o MST um dos mais importantes movimentos sociais da classe subalterna que tem conseguido aglutinar as demais frações de classe em torno de seu projeto político, vislumbrando a construção de uma nova hegemonia.

Palavras-chave: Projeto Político, Educação, Hegemonia

ABSTRACT

This dissertation belongs to the mobilization process and popular organization line of research which has as a thematic area Social Work, Political Action and Collective Subjects. Carried out in the Post Graduation Social Work program at *Universidade Federal de Pernambuco* (UFPE), we aimed at analysing how an educational political project of the *Landless Movement* (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST) has contributed for the construction of a new hegemony. To answer such a question we used as an instrument of data collection the analyses of documents written by *MST*, the participation in organizational meetings and Sem Terrinha (Landless children) Meeting, a part from the application of semi-structured interviews with the Collective State of the Educational Sector of MST/Pernambuco. It was found that *MST*, through its political educational project, has made it possible the construction of a new hegemony, lets say, a new way of thinking and acting, which has as an educational instrument the collective activities developed in and by the Movement itself, in the sense that, as far as the new social relations are being built, consolidate a proposal of a new Work organization stimulated by *MST*. At last, we conclude that this dissertation is relevant for the *MST* is one of the most important social movements of the less privileged class, which has been able to join the others fraction of class around its political project, having in mind the construction of a new hegemony.

Words-key: Project Political, Education, Hegemony

LISTA DE SIGLAS

- ABRA- Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACR- Ação dos Cristãos no Meio Rural
AJA- Alfabetização de Jovens e Adultos
ANCA- Associação Nacional de Cooperação Agrícola
CIMI- Conselho Indigenista Missionário
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPAs- Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT- Comissão Pastoral da Terra
CUT- Central Única dos Trabalhadores
ENERA- Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária
FETAPE- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FUNDEP- Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa
IAA- Instituto do Açúcar e do Alcool
IBRA- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP- Instituto Nacional de Pesquisa em Educação
ITERRA- Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MASTEL- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná
MASTEN- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná
MASTES- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste
MASTRECO- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná
MASTRO- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MEB- Movimento de Educação de Base
MEC- Ministério da Educação e Cultura

MER- Movimento de Evangelização Rural
MST- Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB- Ordem dos Advogados do Brasil
OIT- Organização Internacional do Trabalho
ONG- Organização Não Governamental
PC do B- Partido Comunista do Brasil
PCB- Partido Comunista do Brasil
PCI- Partido Comunista Italiano
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária
POS DR- Partido Operário Social-Democrata Russo
PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB- Partido Socialista Brasileiro
PSDB- Partido Social Democrático Brasileiro
PT- Partido dos Trabalhadores
SAR- Serviço de Assistência Rural
SORAL- Serviço de Assistência Rural de Alagoas
SORPE- Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
UDR- União Democrática Ruralista
UNE- União Nacional dos Estudantes
UNESCO- Fundo das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNICEF- Fundo das Organizações das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo I – A Questão Agrária no Brasil e os Movimentos Sociais de Luta pela Terra.....	16
1.1- - A Questão Agrária no Brasil.....	16
1.2 - A Questão Agrária em Pernambuco e as Relações de Trabalho.....	21
1.3 - A Organização dos/as Trabalhadores/as a partir das Ligas Camponesas	23
1.4- O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	27
1.5- O MST em Pernambuco.....	38
Capítulo II – Hegemonia: a Categoria de análise em questão.....	43
2.1- O Conceito de Hegemonia.....	43
2.2 -O Conceito de Hegemonia em Gramsci.....	48
2.3- O Projeto Hegemônico do MST.....	57
2.4- O Trabalho: categoria fundante do ser social	59
Capítulo III – O MST e a Educação.....	66
3.1- A Criação do Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST.....	67
3.2- O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).....	73
3.3- O MST e a Educação em Pernambuco.....	75
3.4- O MST e a Educação: perspectiva de construção de uma nova hegemonia.....	79
3.4.1- O MST e a Educação: proposição de uma nova organização do trabalho.....	82
Conclusão	93

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o projeto político de educação do MST/PE. Buscamos responder como o projeto político de educação do MST tem contribuído para a construção de uma nova hegemonia, especialmente na década de 90.

A pesquisa dissertativa é o desdobramento de nossa monografia: “A Experiência de Alfabetização de Jovens e Adultos do MST em Pernambuco”, apresentada ao Curso de Ciências Sociais (na área de Sociologia Rural), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no ano de 2001.

O interesse em aprofundar os conhecimentos sobre o projeto político de educação do MST/PE, surgiu da necessidade de analisá-lo a partir de uma abordagem sociológica, no sentido de ir além do enfoque pedagógico predominante na bibliografia sobre o tema da educação do MST. Por sua vez, o estudo é importante para o Serviço Social uma vez que trata de um movimento social de grande expressão no conjunto das lutas sociais da classe trabalhadora.

A análise passa a ser relevante também por compreendemos que, mais do que fortalecer a gestão democrática da escola, se deve buscar universalizar o acesso ao ensino, resgatar a proposta de uma educação voltada para as atividades agropecuárias e valorizar as propostas pedagógicas que despertem a consciência crítica dos/as assentados/as. Através desse caminho o MST busca a construção de uma nova hegemonia, ou seja, a formação de uma nova cultura, contribuindo para uma nova forma de pensar e agir. Por isso, a educação passa a ser também um importante instrumento de luta para a construção de uma nova sociedade.

Para mudar o que está aí presente é necessário conhecer e isso só é possível através do acesso à educação, que não se restringe apenas ao espaço da escola, mas também deve abranger a utilização de uma pedagogia que permita fazer uma reflexão crítica da realidade. Sendo assim, a partir da apropriação do conhecimento trazido por pessoas comprometidas com um projeto político, para

que este seja difundido de forma intencional, a reivindicação e a formação de educadoras/es militantes passa a fazer parte da pauta de reivindicações do MST.

Apesar das dificuldades advindas das várias conjunturas econômicas e políticas, têm-se observado os avanços em termos de acesso à educação no MST.

Em 1987, quando o Setor de Educação do MST surgiu, as experiências de educação estavam centradas nas Regiões Sul e Sudeste. A partir dos anos 90, essa realidade se modifica, pois as experiências citadas vão ser estendidas para as demais regiões. Inicialmente, no que se refere à Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA). Posteriormente, com o ensino fundamental, médio e algumas experiências de acesso às universidades.

O MST defende que garantir o acesso à educação é dever do Estado, por isso reivindica ao mesmo o acesso dos/as assentados/as à escola, de preferência tendo como educadoras/es pessoas que residam no assentamento e que sejam seus/uas militantes. Quando isso não é possível, busca sensibilizar as/os professoras/es do município para participarem de suas capacitações, com base na articulação do conteúdo programático com seu projeto político.

Com as reformas sofridas pelo Estado, passando algumas de suas responsabilidades para os governos estaduais e municípios, a gestão da educação vai sofrer algumas modificações, sobretudo com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996. A partir disto, cabe aos municípios garantir o ensino fundamental e, ao governo estadual, o ensino médio.

A receptividade dos governantes às reivindicações do MST vai depender da relação que este Movimento tem com o poder local, o que vai dificultar o acesso à educação as/os assentadas/os quando as prefeituras e governos estaduais estão nas mãos das oligarquias, diferentemente de quando estão nas mãos de forças políticas progressistas.

O resultado desta abertura é que, em Regiões como Sul e Sudeste, existe um maior índice de cursos voltados à formação de educadoras/es, a atividades agropecuárias, além de um maior número de assentadas/os com acesso à educação de jovens e adultos e ensino fundamental.

Todavia, mesmo com esses avanços, a escola ainda se depara com o ensino multisseriado, rotatividade das/os professoras/es e conteúdo escolar voltado para as atividades desenvolvidas nas cidades.

A relevância do estudo dá-se também pela perspectiva socialista enfocada por um movimento social da classe subalterna, através de um projeto de transição do capitalismo para o socialismo. Desse modo, se observa uma proposta de reforma agrária articulada a uma nova organização do trabalho e a uma educação que busca a superação do modo de produção vigente, num momento em que se fala da crise do marxismo. Como se sabe, muitos o consideram, enquanto teoria, insuficiente para explicar a realidade contemporânea. Daí, o enfoque que tem sido dado ao pluralismo metodológico enquanto forma de superação dos impasses colocados pela complexificação da realidade social.

Para respondermos à nossa questão de investigação, tomamos como referência à realidade vivida pelo MST na luta pela consolidação de seu projeto político de reforma agrária, além de utilizamos a pesquisa bibliográfica, valorizando as monografias e dissertações realizadas sobre a educação do MST/PE, haja visto que a maioria dos estudos tem focado as realidades das Regiões Sul e Sudeste. Foram consultados, ainda, dados primários e secundários, além de analisamos documentos elaborados pelo Movimento e participamos de reuniões de preparação de Encontros, como o VI e o VII Encontro dos Sem Terra de Pernambuco, realizados em 2001 e 2002. Nesses eventos, foi feita a defesa da educação, pública, gratuita e de qualidade, contida no bojo da luta do MST.

Os dados secundários foram utilizados para complementar as informações obtidas dando maior objetividade à pesquisa. Vale salientar, ainda, que foram importantes para a elaboração de nossa dissertação os trabalhos de Roseli Salette Caldart, Mitsue Morissawa, Bernardo Mançano, Nair Casagrande e Rubneza. Estes sistematizam e registram a formação do MST, através da coleta de documentos e entrevistas das quais dispusemos tendo em vista ampliar nossos dados.

Além dessas atividades, para termos uma melhor compreensão das modificações e estratégias do Movimento na área de educação, buscamos entender também suas dificuldades, além de realizamos entrevistas semi-estruturadas com as Coordenadoras do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST em Pernambuco.

Essa escolha deveu-se ao fato de que elas organizam e acompanham as educadoras/es do Movimento nas capacitações, beneficiadas por cursos de formação de educadoras/es propostos pelo MST em parceria com as universidades, além de serem responsáveis pela difusão do projeto político de educação do Movimento.

Realizamos as entrevistas semi-estruturadas para apreendemos, em profundidade, as contradições existentes entre a teoria e a prática, pois acreditamos que essa forma de entrevista *“parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”* (TRIMÑOS, 1987:140).

Buscamos, com tais procedimentos, verificar a hipótese de que o projeto de uma nova sociedade, explicitado na educação do MST, contribui na formação de uma nova hegemonia.

Para uma melhor sistematização das informações obtidas, dividimos nosso trabalho em três capítulos. No primeiro abordamos a questão agrária no Brasil e os movimentos sociais de luta pela terra, dando enfoque ao MST.

No segundo capítulo, procuramos estudar a categoria hegemonia. E, finalmente, no terceiro capítulo, apresentamos o projeto político de educação do MST, tendo como destaque os depoimentos das coordenadoras do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST em Pernambuco e os documentos elaborados pelo Movimento.

Após os capítulos, procuramos indicar nossas conclusões, bem como a bibliografia utilizada e os anexos.

CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA

1.1- A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Para compreendermos a questão da luta pela terra no Brasil e, especificamente em Pernambuco é fundamental estudarmos o processo histórico da estrutura agrária existente.

Explorado na fase do capitalismo mercantil surgido na Europa, no século XVI, o Brasil¹, assim como as demais colônias de ultramar teve um relevante papel na consolidação do modo de produção capitalista. As colônias forneciam a matéria-prima (seja esta produtos agrícolas ou minérios) para as metrópoles, objetivando intensificar o desenvolvimento do comércio e contribuir no processo de acumulação primitiva de capital.

Desde aquele período, o Brasil tinha como tarefa na divisão internacional do trabalho, voltar sua produção agrícola para o mercado externo e vender a preços baixos. Em contrapartida, para atender às necessidades da população residente do país, teria que comprar os artigos oferecidos pela sua metrópole e, posteriormente à Inglaterra, país com o qual manteve relação de dependência comercial até os anos 30. Assim explicita SMITH (1996), a relação comercial do Brasil, em sua fase comercial:

Algumas nações entregaram todo o comércio de suas colônias a uma companhia exclusiva, da qual elas eram obrigadas a comprar todas as mercadorias européias de que carecessem, e à qual deviam vender todo o excedente de sua produção. A companhia tinha, pois, interesse não somente em vender as mercadorias européias o mais caro possível e comprar os produtos coloniais o mais barato possível, mas também não comprar das colônias, mesmo a esse preço baixo, não mais do que o tinha condições de vender na Europa a um preço altíssimo (SMITH, 1996, p. 73).

¹ Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; MAIOR, Armando Souto. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

As metrópoles, ao colonizarem as nações, impunham-lhe o ritmo do processo produtivo para que estas pudessem atender às demandas do mercado externo, seja através da extração de matérias-primas, seja subordinado a produção agrícola ao mercado externo, o que levou, em pouco tempo, as mesmas a acumularem uma grande quantidade de riquezas. De fato,

Os colonizadores de uma nação civilizada que toma posse de um país, seja este desabitado ou tão pouco habitado que os nativos facilmente dão lugar aos novos colonizadores, progredem no caminho da riqueza e da grandeza com rapidez maior do que qualquer outra sociedade humana (SMITH, op cit. p. 64).

Especificamente no Brasil, inicialmente, predominou a extração de matéria-prima, como o pau-brasil (que serviu para a produção de tintas) e, depois, a produção de especiarias de alto valor comercial, como foi o caso do açúcar.

A distribuição de terras no Brasil foi regulada pela Lei de Sesmarias², em 1530, no reinado de D. João III, rei de Portugal, que tinha como objetivo estimular a ocupação e exploração das colônias. Entretanto, a Lei de Sesmarias acabou favorecendo o surgimento de latifúndios, haja visto que o sistema capitalista em expansão, exigia a produção de especiarias em grande escala, e esta por sua vez, necessitava de elevada extensão de terra para atender às demandas do mercado externo.

Como estava escrito na Lei, quanto à posse e ao uso da terra, a mesma estaria disponível a quem dispusesse de recurso financeiro e mão-de-obra para fazê-la produzir, destinando os seus resultados para suas respectivas metrópoles, para que as mesmas pudessem intensificar o comércio internacional. Tal fato demonstrava que uma nova classe estava emergindo e que sua ideologia se explicitava na Lei de Sesmarias. Pois,

Todos que tivessem herdades, possuídas por qualquer título, fossem obrigados a semeá-las, e as fizessem aproveitar por outros se não pudessem agricultá-las a todos, que, não lavrando os proprietários as fazendas, as dessem os sesmeiros a pessoa que as pudesse cultivar, mediante uma pensão ou quota de frutos

² Cf. PORTO, Costa. *O Sistema Sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, S/D.

arrazoados, que os que não fossem lavradores, não tivessem lavoura, ou na cultura se não empregassem, não pudessem, sustentar grandes manadas de rebanho (para atalhar o abuso de convertere as herdades em pastos e charnecas); que os que haviam sido lavradores, assim como seus filhos e netos, e todos que não usassem de outro ofício útil ao bem comum, deveriam ser obrigados ao trabalho da lavoura, e não possuindo propriedade, fossem compelidas a servir nas outras, por soldada taxada na lei ou nas posturas municipais, que os que não exercem ofício sabido fossem presos (embora se dissessem servos infantos, dos nobres ou dos prelados), e não provando ocupação útil, os coagisse a auto-piedade ao serviço da lavoura, que os mendigos em idade e força suficientes fossem presos e obrigados a trabalhar pelo sustento ou por soldada, e os que vivessem como religiosos sem o serem que os fizessem lavradores ou criados de lavradores, que em cada cidade ou vila do reino, cabeça de comarca, se nomeassem dois homens bons encarregados de verem as herdades e indagar se poderiam dar pão, e se eram lavradas e aproveitadas, devendo compeler os proprietários a agricultá-las, arrendá-las ou aforá-las, de maneira que a terra não ficasse improdutiva (SÉRGIO, s/d, p. 28-29).

A produção de açúcar exigia altos investimentos, Portugal tinha conhecimento técnico no cultivo desse produto, mas não podia financiar sozinho, por isso, contou com a participação do capital holandês (no financiamento e comercialização) e com a Inglaterra. Assim, estruturou-se o modelo de desenvolvimento econômico no Brasil, baseado na propriedade privada, concentração de terra e trabalho escravo (FURTADO, 1959).

Com a independência do Brasil-colônia, cortou-se a relação com a metrópole, inclusive no que se refere à legislação agrária, sendo assim, a Lei de Sesmarias foi extinta em 1822, ficando o Brasil sem uma legislação agrária até 1850. Somando-se a isso, consolidavam-se os ideais liberais.

A partir de 1850, o Brasil passava por uma nova fase do processo de acumulação de capital. Esse processo envolveu, gradualmente, as promulgações de leis que proibiam o uso do trabalho escravo, a Lei Euzébio de Queiroz (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei do Sexagenário (1885) e, por fim, a Lei Áurea (1888).

Com os limites postos ao uso do trabalho escravo foi necessária a criação da Lei de Terras (1850), para regularizar a posse e o uso da terra, ou seja, permitir

o acesso a quem tivesse dinheiro para comprá-la. A preocupação era como subordinar os/as trabalhadores/as a permanecerem nos latifúndios sem que houvesse nenhuma legislação agrária. Porque,

a Lei de Terras – possibilitava a legitimação das terras ocupadas antes de 1850 e proibia as ocupações de terras devolutas a não ser por meio de aquisição por compra. Aos possuidores de terras fora dado um prazo para que se registrassem as suas posses, que findara em 1856. Desde esta lei as terras não registradas e legitimadas foram consideradas devolutas, ou seja, por não serem requeridas deveriam ser devolvidas ao Patrimônio Público (GRZYBOWSKI, 1987, p. 105).

A Lei de Terras inviabilizou qualquer possibilidade de acesso à propriedade da terra se não fosse pela sua compra, garantindo, assim, um farto contingente populacional para trabalhar nas grandes propriedades rurais. Naquele mesmo período foi criada uma política de estímulo à imigração, para resolver o problema da escassez de mão-de-obra, sobretudo nas Regiões Sul e Sudeste, onde se intensificava o cultivo de café.

Para Lourenço (2001), tal estratégia estava ligada à possibilidade de resolver o problema do atraso da agricultura, através do embranquecimento da nação, além de inviabilizar a organização de ex-escravos, evitando assim, um possível levante.

Ademais, com a criação da Lei de Terras era vetado de vez o acesso à terra pelos/as trabalhadores/as, fazendo com que os/as mesmos/as se sujeitassem a trabalhar e/ou permanecer nos latifúndios, recebendo baixos salários e garantindo a criação de condições favoráveis para uma nova fase de reprodução e ampliação de capital.

Apartir daí, dá-se continuidade ao processo de consolidação do capitalismo no Brasil, direcionado pelas oligarquias rurais, sobretudo da Região Sudeste, da qual se originou a burguesia industrial nos anos 30, do século XX. Nessa etapa da divisão internacional do trabalho, é reafirmada a subordinação do Brasil no processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista, enquanto fornecedor de produtos agrícolas para o mercado externo e enquanto consumidor de máquinas e

tecnologias, dando-se assim, início ao processo de industrialização.

A consolidação da burguesia industrial brasileira foi impulsionada desde a 1ª Guerra Mundial, e, no ano de 1929, com a crise do capitalismo, marcada pela superprodução de mercadorias e pela necessidade de se abastecer o mercado interno.

Dos anos 30 até 1950, o Brasil era um país voltado para as atividades agrícolas e 70% da população vivia na área rural. A partir de 1960, com a consolidação do processo de industrialização e a modernização da agricultura, esse quadro se reverte (apenas 30% passa a viver nas áreas rurais), sobretudo com a entrada de empresas estrangeiras no país.

Na divisão internacional do trabalho, fazia-se necessário exportar máquinas para consolidar a industrialização nos países em que a burguesia nacional já atuava. Era necessário também viabilizar a instalação de empresas multinacionais no intuito de se aumentar a taxa de acumulação nos países centrais.

No campo, a modernização da agricultura, denominada por José Graziano da Silva (1987) de “modernização dolorosa”, também chamada de Revolução Verde, foi marcada pela mecanização da agricultura e entrada dos defensivos agrícolas. Com isso, resolvia-se, de vez, o problema da oferta de mão-de-obra nas indústrias, expulsando-se ou demitindo-se os trabalhadores rurais, substituindo-se sua força de trabalho por máquinas, solucionando-se o problema da escassez de mão-de-obra e aumentando-se a produção de alimentos sem interferir na estrutura agrária, desta vez, com a presença significativa do capital estrangeiro.

O avanço das relações capitalistas de trabalho no campo e as péssimas condições de vida dos trabalhadores fizeram com que os mesmos se organizassem na luta pela terra, dando origem às Ligas Camponesas. Tal fato tem demonstrado a capacidade dos trabalhadores de se contrapor ao modo de produção vigente, desde o Quilombo dos Palmares, Canudos, passando por Caldeirão, até os dias atuais com o MST.

1.2 - A QUESTÃO AGRÁRIA EM PERNAMBUCO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

A questão agrária em Pernambuco tem seu marco no início da colonização do Brasil, a partir da produção agrícola da cana-de-açúcar. Tal produção exigia grandes extensões de terra para atender às exigências do mercado, estimuladas pelo modo de produção capitalista em expansão.

As necessidades cada vez mais crescentes de verticalizar a produção açucareira contribuíram para que o processo de concentração fundiária fosse acentuado. Em sua formação, teve como pilares de sustentação a monocultura, utilizando-se o trabalho escravo.

A partir de 1850, com a proibição do tráfico escravo e, posteriormente, com sua alforria, através da assinatura da Lei Áurea, a mão-de-obra assalariada passa a ser institucionalizada. Em Pernambuco, uma parcela significativa de trabalhadores foi transferida para as Regiões Sudeste e Sul, para servir de mão-de-obra para a produção de café e outra parcela foi aproveitada pelos proprietários de terra, que ao invés de lhe pagar salários, preferiu viabilizar o acesso à terra, em troca de trabalho sem remuneração.

Com a abolição da escravatura muitos trabalhadores permaneceram nos engenhos e, como não tiveram acesso à terra porque não tiveram dinheiro para comprá-la para trabalhar e para sobreviver, acabaram pedindo aos proprietários de terra uma casa para morar, em troca de trabalho, sem remuneração, e um pedaço de terra para plantar. De fato,

Ao torna-se morador de um engenho, através do ritual de pedir morada, o trabalhador recebia como concessão do proprietário uma casa e a possibilidade de trabalhar em troca de alguma remuneração, bem como acesso a um pedaço de terra para cultivar produtos de subsistência, o acesso ao barracão da propriedade, onde podia abastecer daquilo que não produzia, quer porque fosse impedido pelo proprietário, e ainda o acesso aos rios e matas do engenho, que lhe garantia a água e a lenha (SIGAUD, 1979, p. 34) .

Tínhamos os/as moradores/as na condição de foreiro e de cambão.

Enquanto este cedia de 3 a 4 dias de trabalho na monocultura da cana-de-açúcar, aquele pagava o foro, em dinheiro ou, em alguns casos, em produtos agrícolas. Em troca, recebia um sítio para produzir alimentos para sua subsistência (feijão, macaxeira, milho, entre outros).

Assim, este tipo de relação possibilitou assegurar nos latifúndios a mão-de-obra para quando os/as seus/uas proprietários/as necessitassem. Inicialmente a produção de açúcar estava voltada para atender às necessidades de moagem dos engenhos bangüês e, posteriormente, com uma maior necessidade de centralização do capital, o processo produtivo foi transferido para os engenhos centrais.

Com o avanço tecnológico, alguns engenhos não acompanharam esse desenvolvimento e muitos faliram, sendo substituídos pelas usinas, passando de produtores de açúcar para fornecedores. Esta situação fez com que, cada vez mais, fossem ampliadas as áreas de plantio da cana para que a produção desse produto acompanhasse a capacidade de moagem das usinas. Nesse processo, muitos engenhos foram incorporados ao patrimônio dessas, até chegar ao ponto em que a capacidade de produção da cana passou a ser superior à capacidade de moagem de produção das usinas. Sobre este assunto explicita Andrade (1998),

As usinas, ao serem instaladas, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior à capacidade de produção – dentro das condições técnicas então dominantes- dos engenhos a elas vinculados, e tratavam de adquirir as terras sem certo planejamento, o desequilíbrio passava a proceder de forma contrária, ficando as máquinas com a capacidade inferior à produção agrícola, e tratavam os usineiros de adquirir novas máquinas. Assim, ampliando as terras e as máquinas, elas iam acentuar cada vez mais a concentração fundiária (ANDRADE, 1998, p.105).

Tal fato fez com que, progressivamente, os/as moradores/as fossem expulsos/as da terra onde plantavam, levando-as/os a se organizar e a reivindicar pelos seus direitos, sobretudo com o surgimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, que garantiu a extensão dos direitos conquistados pelos operários urbanos aos trabalhadores rurais, através do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Foi

também aprovada a Lei de Sítio, que garantia 2ha de terra aos trabalhadores para a produção de alimentos, no sentido de complementar a renda familiar.

Os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores fizeram com que muitos proprietários expulsassem os/as moradores/s de condição, fazendo com que os/as mesmos/as passassem a residir nas cidades, contribuindo para seu crescimento desordenado. Porém, continuaram a trabalhar nos engenhos, passando de moradores de condição a moradores de ponta de rua.

Em meados da década de 50 e, mais especificamente, após 1964, com a queda de Goulart, os moradores começam a abandonar em massa os engenhos e os proprietários a recusar sistematicamente novos moradores. Fechado o acesso à morada, os moradores se dirigem para as cidades da região, não mais em caráter provisório, mas para lá se instalarem definitivamente, o que vai refletir no crescimento urbano espantoso que a Zona da Mata então conhece (SIGA UD, op. cit. p. 33).

1.3- A ORGANIZAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS A PARTIR DAS LIGAS CAMPONESAS

A década de 50 do século XX, foi marcada pela expansão e consolidação das relações capitalistas no campo, tendo como marco a apropriação da terra pelo capital, devido ao processo de modernização da agricultura. Este fato contribuiu para a expulsão e demissão de grande parcela de trabalhadoras/es que tinham acesso à terra, através do foro, da meia, da terça, da parceria e do arrendamento (ARAÚJO,1990). Esta situação se acentuou, sobretudo, após a crise da indústria do açúcar da beterraba e, posteriormente, com a Revolução Cubana (1959), pois Cuba era o principal produtor de açúcar para os Estados Unidos, bem como passava a ser fornecedor da União Soviética. Somando-se a isso, havia a Lei de Sítio, que obrigava os proprietários de terra a concederem 2ha de terra aos/as moradores/as, e o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia os direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais (salário, férias, décimo terceiro), o que levou os/as proprietários/as de terra a expulsar os/as moradores/as e trabalhadores/as permanentes, dando prioridade aos empregos assalariados e

temporários (ANDRADE,1986).

Com a expropriação da terra, os/as trabalhadores/as se organizaram, dando origem às Ligas Camponesas. Inicialmente suas reivindicações eram assistenciais e, posteriormente, assumiram um caráter político, pressionando o Estado para que se fizesse a reforma agrária, tendo como um dos seus principais interlocutores Francisco Julião (advogado) e o agricultor João Pedro Teixeira (líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba). Pois, de acordo com Medeiros (1989),

As organizações de trabalhadores no Brasil, sem dúvida alguma já tinham uma tradição de atividades assistenciais junto a seus associados. Tanto as Ligas Camponesas como as associações ou os sindicatos dos anos 50 e 60 a combinavam com as práticas mobilizadoras e reivindicativas (MEDEIROS,1989, p.93).

As Ligas Camponesas surgiram em 1955, no Engenho Galiléia, em Vitória (Pernambuco), com o apoio do PCB, PSB e da ala progressista da Igreja Católica. No sentido de pressionar o Estado para fazer a reforma agrária na lei ou na marra, esse Movimento tinha como estratégia a ocupação de terra.

Diante das péssimas condições de vida resultantes da concentração de terra e renda, os/as trabalhadores/as rurais e urbanos/as se organizaram como forma de protesto e de exigir melhorias, contando com o importante papel da ala progressista da Igreja Católica, através da CNBB.

O setor progressista da Congregação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, da Igreja Católica, estava representado por Dom Hélder Câmara, Dom José Távora e outros, através do Movimento de Educação de Base - MEB. Segundo Calado (1996), inspirado na metodologia de Paulo Freire, o MEB, tinha como objetivo desenvolver junto aos/as trabalhadores/as um trabalho de conscientização política, contando ainda com o apoio de um serviço radiofônico.

As crescentes mobilizações populares e as fortes influências sofridas a partir da Revolução Cubana, na luta pela reforma agrária, trouxeram insegurança para os latifundiários, porque eles acreditavam que a revolução socialista viria do campo. Além da ala progressista da Igreja Católica, contribuíram para a organização da classe subalterna o Partido Comunista do Brasil (PCB) e os

sindicatos de trabalhadores, que reivindicavam do Governo Federal mudanças de base, inclusive, a reforma agrária. Percebendo o poder de pressão da classe subalterna, a classe dominante brasileira, sobretudo os latifundiários, entendiam as reformas como instrumento que pudesse levar a uma revolução socialista, principalmente quando se falava em modificação da estrutura fundiária.

Ademais, a recente experiência vivenciada por Cuba (a Revolução Cubana em 1959) e as crescentes mobilizações populares observadas nos países latino-americanos, deixaram os proprietários de terra com receio de que uma revolução socialista pudesse acontecer também no Brasil. Tal fato levou a classe dominante brasileira, especificamente, os proprietários de terra, a articularem junto aos Estados Unidos um golpe de Estado, promovido pelos militares em 1964 (CALADO, Idem).

Após a ditadura militar, o Estado, sentindo-se coagido pelos movimentos sociais de luta pela terra, no sentido de fazer concessão, haja visto que a hegemonia não se dá somente pela coerção, mas também pelo consenso, elabora um documento para regularizar a distribuição e exploração da terra pública ou privada, e caso não fosse cumprida, seria feita a reforma agrária. Em 1964, cria-se o Estatuto da Terra e junto a esse, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

As oligarquias, percebendo a viabilidade do Estatuto da Terra na realização da reforma agrária se sentem acudadas e passam a cobrar do Estado medidas institucionais que não colocassem em risco a desapropriação de suas terras. Para amenizar os conflitos na luta pela terra, o Estado cria os projetos de colonização, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste, nas chamadas áreas de fronteiras agrícolas, como forma de descentralizar os conflitos e enfraquecer a organização dos/as trabalhadores/as, haja visto que,

No Estatuto da Terra é dada prioridade ao processo de reforma em zonas críticas e de tensão social, o que revela a preocupação em conter os conflitos no campo, e à colonização racional das terras públicas. Assim, uma das facetas do Estatuto da Terra é a de eliminar as tensões sociais e promover empregos. A faceta que se torna dominante, no entanto, é a de fortalecer a empresa capitalista no campo, dada a preocupação com as empresas

rurais, que estariam fora da reforma (MOREIRA, 1999, p. 42).

A questão agrária toma-se mais agravante a partir de 1970, quando os/as proprietários/as de terra são estimulados/as a aumentar sua produção de cana-de-açúcar, com os incentivos do PROÁLCOOL³, o que acaba acentuando ainda mais o processo de proletarização dos/as trabalhadores/as, contribuindo para ampliar a concentração de terras.

Diante desse contexto, mesmo com as perseguições sofridas pelos representantes das organizações tradicionais dos trabalhadores (partidos políticos e sindicatos), na ditadura militar, assim como pelos integrantes do MEB, o setor progressista da CNBB criou outras formas de organização e expressão dos/as trabalhadores/as. No Nordeste, foram criados o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco - SORPE-, Serviço de Assistência Rural - SAR - (em Natal) e o Serviço de Orientação Rural de Alagoas – SORAL, entretanto, os trabalhos de conscientização política e de alfabetização foram substituídos pelo trabalho de assistência técnica.

Todavia, como bem explica Martins (1997),

Mesmo grupos atuantes, da maior relevância histórica e política, como a Comissão Pastoral da Terra, onde, aliás, nasceu o Movimento dos Sem Terra, já se equivocam na sua missão e no alcance de seu trabalho ao anunciarem, na prática, a precedência das questões econômicas e técnicas em relação às questões propriamente sociais e políticas (MARTINS, 1997, p. 64).

Com a extinção do SORPE, SAR e SORAL, criou-se a Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR- e o Movimento de Evangelização Rural – MER-, que tinham um trabalho de formação mais voltada para o sindicalismo rural. Já em 1972, surge a Pastoral Rural em alguns Estados do Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) e em 1988, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT tem sua gênese em 1975 e sua formação, no Nordeste, ocorre em 1988, devido à intensidade de conflitos de terra nestas áreas.

³ O PROALCOOL foi um programa de incentivo à produção de açúcar para que se aumentasse a produção de álcool para atender a necessidade do abastecimento do mercado interno.

Dadas as contribuições do setor progressista da Igreja Católica e dos sindicatos no trabalho de conscientização e de organização dos/as trabalhadores/as do campo, Pandolfi (1987) afirma que esse setor tornou-se uma grande força mediadora dos conflitos sociais no meio rural.

Com a crise do capital e as fortes pressões da classe trabalhadora, a ditadura militar brasileira chega ao fim. A retomada da luta pela terra, em 1979, e conseqüentemente, os conflitos sociais, principalmente com as ocupações de terra, que tinham como objetivo pressionar o Estado para fazer a reforma agrária (NASCIMENTO; CALADO,1996).

Areorganização da classe trabalhadora, com o apoio da ala progressista da Igreja Católica e sindicatos, somada ao agravamento dos conflitos no campo e à situação de miséria, levaram a população a exigir a redemocratização do país, demonstrando que a manutenção do controle pela força, através da ditadura militar, já não era mais possível. Estava em crise a hegemonia da classe dominante brasileira que, para não perder a direção, optou por fazer algumas concessões, através da reabertura política. Esse processo (a reabertura política), trouxe, também, o debate sobre a necessidade de se fazer a reforma agrária, desta vez, não pela reivindicação de movimentos sociais rurais localizados, mas por um movimento nacional de luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

1.4- O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Os movimentos de luta pela terra tomaram visibilidade no final da década de 70 do século XX, no Rio Grande do Sul. A formação desses movimentos ocorreu de forma isolada, tendo como denominação a região de origem (MASTRO, MASTES, MASTEN, MASTRECO e MASTEL). Partindo dessas experiências de lutas isoladas, três fatores foram essenciais para que mais tarde surgisse o MST, a situação socio-econômica, o fator ideológico direcionado pela Igreja Católica e o momento político em que se encontrava o Brasil (STÉDILE, 2001).

Com a mecanização da agricultura e a intensificação das relações capitalistas no campo, grande parte dos trabalhadores/as que tinham acesso à terra foi expulso e a outra parte desta população foi atraída pela busca de oportunidades em razão do acelerado processo de industrialização. Diante de tal contexto, parcela desses trabalhadores vendo como possibilidade de permanência na terra os projetos de colonização, migraram, sobretudo, para Rondônia, Pará e Mato Grosso.

A saída desses trabalhadores/as é posta publicamente como decorrência da inviável reprodução desses nas áreas de colonização. Somando-se a isto, com a crise da indústria nos anos 1980, confirma-se a inviabilidade do sonho de viver na cidade. Tais fatores contribuíram para que os/as trabalhadores/as tomassem a decisão de resistir no campo e buscar resolver o problema da falta de acesso à terra no local de sua origem, o que resultou na formação da base social do MST.

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive (STÉDILE, op cit., p. 17).

Já do ponto de vista ideológico, a Igreja católica, através da CPT, influenciada pela Teologia da Libertação, contribuiu no processo de conscientização política dos/as trabalhadores/as, despertando nos/nas mesmos/as a idéia de que a conquista da terra só poderia ocorrer como resultado de sua luta.

Ademais, somando-se à capacidade de organização dos/as trabalhadores/as pela CPT, contribuiu também, a vocação ecumênica da Igreja Católica, ou seja, foi a capacidade que esta Igreja teve de articular o seu trabalho de pastoral com a Igreja Luterana⁴, que também desenvolvia atividades de organização com os/as trabalhadores/as.

⁴ Vale ressaltar que o trabalho da Igreja Luterana está centrado na Região Sul e Centro-Oeste, através da Pastoral Popular Luterana (PPL).

A capacidade de desenvolver um trabalho de organização de forma conjunta fez com que a luta dos/as trabalhadores/as fosse unificada, dando origem a um único movimento social de caráter nacional, ao invés de ter formado movimentos localizados e com a denominação da instituição que a originou.

Há ainda mais um aspecto que também julgo importante do trabalho da CPT na gênese do MST. Ela teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano, principalmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Por que isso foi muito importante para o surgimento do MST? Porque se ela não fosse ecumênica, e se não tivesse essa visão maior, teriam surgido vários movimentos. A luta teria se fracionado em várias organizações. Se o pastor Werner Fuchs, por exemplo, que começou um trabalho de organização dos camponeses atingidos pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, se ele não tivesse integrado a CPT, teria se formado um movimento camponês dos luteranos. A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional (STÉDILE, *Idem*, p. 20-21).

E o terceiro fator, foi o processo de redemocratização política pelo qual o Brasil estava passando, pois se não existisse todo um movimento na sociedade pedindo o fim da ditadura militar, ou seja, uma aliança da luta dos/as trabalhadores/as do campo com os/as da cidade, o MST não teria tomado a visibilidade que tem hoje.

É Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra porque tem sua origem na organização de trabalhadores/as que perderam o acesso à terra (posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários e trabalhadores assalariados) com o processo de modernização da agricultura.

Atualmente, o MST aglutina várias categorias de trabalhadores/as que não estão ligados a atividades agropecuárias. Como o problema agrário não se tratava de um problema local, mas sim nacional e também econômico e político, os/as dirigentes do Movimento resolveram articular os vários movimentos de luta pela terra no País, contando com o apoio dos sindicatos e da ala progressista da Igreja Católica, representada pela CPT. Sobre esta articulação descreve Fernandes (1996),

As lutas eclodiam em diversos lugares ao mesmo tempo. A divulgação das lutas pela Igreja e, em pequena parte, pela imprensa fez com que surgissem a necessidade e o interesse de trocar experiências (...) foi com a troca de experiências que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída na perspectiva de superação de isolamento e em busca de autonomia política (...) assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta (FERNANDES, 1996, p. 77).

Na primeira metade dos anos 80, o MST é organizado em nível nacional, tendo como marco seu 1º Encontro Nacional. Realizado em 1984, no município de Cascavel, no Paraná, contou com a participação de 12 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás, Roraima, Acre). Além de ter como participantes, representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), CUT, Comissão Indigenista Missionária e Pastoral Operária de São Paulo.

Com a redemocratização, foi eleito Tancredo Neves como Presidente da República, no entanto, com sua morte, assumiu o vice José Sarney, representante da oligarquia rural. Naquele contexto, o MST busca lançar como palavra de ordem a idéia de que a “Terra não se ganha, se conquista”. Por sua vez, o Estado, como forma de se legitimar cria, em 1985, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Como resposta a uma possível aplicação do PNRA, as oligarquias se organizaram, dando origem à União Democrática Ruralista (UDR), que se aliou com os empresários, banqueiros, industriais e comerciantes, os quais formam o Estado brasileiro (MARTINS, 1996, p.03), tendo como propósito eleger representantes no Congresso Nacional para inviabilizar a reforma agrária.

Como forma de pressionar o Estado e de dar visibilidade à luta, o MST utilizou como estratégia a ocupação de terras, difundindo a seguinte concepção: “ocupação é a única solução”. Compreendendo o desafio da luta, o MST buscou articular as lutas estaduais com a luta nacional, sem deixar de respeitar as particularidades, o que garantia a unidade de seu projeto político.

Ademais, como forma de garantir sua força política, priorizou a

consolidação da organização do Movimento nos estados, através da formação de seus quadros políticos, pois se tratava de difundir e dar homogeneidade ao projeto político do Movimento. Isto se deu também através de sua participação em sindicatos e partidos políticos de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores, além de construir alianças com essas organizações, fazendo com que o projeto de reforma agrária proposto pelo Movimento fosse também uma reivindicação de outras categorias sociais.

Compreendendo que a luta não se encerra com a conquista da terra e, como forma de dar visibilidade e viabilidade à reforma agrária, o MST tem estimulado a prática do trabalho associado, para que os/as assentados/as interiorizem a necessidade do desenvolvimento deste tipo de iniciativa.

Percebendo que o processo de direção intelectual e moral não se dá apenas na luta, na escola, nas formas de trabalho, mas está articulado aos demais espaços sociais, o MST compreende que se faz necessário apoiar candidaturas de partidos de esquerda para garantir espaço na esfera institucional, tendo em vista os empecilhos encontrados com a UDR, que através da criação de leis e emendas buscava inviabilizar a reforma agrária.

Em 1989, na eleição presidencial, o MST apóia Luís Inácio Lula da Silva, do PT, por considerar que era o partido que melhor expressava os anseios do movimento. Nesse período, haja visto o apoio das oligarquias e a vitória de Fernando Collor de Melo à Presidência da República e às dificuldades encontradas pelo Movimento, busca difundir como estratégia pedagógica: “ocupar, resistir e produzir!”.

O presidente eleito tinha como uma das estratégias para inviabilizar a reforma agrária, estimular a exportação para dificultar a venda da produção dos assentamentos. O que de certa forma deu certo, porque muitos/as trabalhadores/as rurais abandonaram suas terras, contribuindo para ampliar a concentração de terra, subordinando-a, cada vez mais, à monocultura e à produção agropecuária, intensificando assim, o processo de expulsão dos pequenos agricultores do campo.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1985 e 1995-96, entre os

governos de José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, a concentração de terra aumentou consideravelmente: das 3.064.822 propriedades com menos de 10ha existentes em 1985, 6.624,48 deixaram de existir. Essas propriedades foram incorporadas pelas médias e grandes áreas de terra, pois como apresenta a tabela, o número de estabelecimentos diminuiu e o da concentração de propriedades aumentou.

Censo Agropecuário 1985	Número de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10 ha	3.064.822	53	9.986.636	3
De 10 a menos de 100 ha	2.159.890	37	69.565.160	18
De 100 menos de 500 ha	457.762	8	90.474.373	24
De 500 a menos de 1.000 ha	59.669	1	40.958.296	11
De mais de 1.000 ha	50.411	1	163.940.461	44
Total	5.792.554	-	374.924.926	-
IBGE, Censo Agropecuario, 1985				

Censo Agropecuario 1995-96	Número de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10 ha	2.402.374	50	7.882.194	2
De 10 a menos de 100 ha	1.916.487	40	62.693.586	18
De 100 menos de 500 ha	411.557	8	83.355.220	24
De 500 a menos de 1.000 ha	58.407	1	40.186.297	11
De mais de 1.000 ha	49.358	1	159.493.949	45
Total	4.838.183	-	353.611.246	-
IBGE, Censo Agropecuario, 1995-96				

No entender de Lucena (2002),

Tal processo fez-se acompanhar de dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, expropriou grande contingente de trabalhadores, em especial, parceiros, posseiros e pequenos arrendatários. Em segundo lugar, aqueles que ainda conseguem se manter na condição de pequenos produtores rurais passam a se articular, de forma subordinada, aos interesses do capital industrial/comercial como forma de sobrevivência (LUCENA, 2002, p. 141)

Como toda relação hegemônica é pedagógica, segundo Jesus (1987) , a interiorização do lema citado anteriormente, representava uma situação a ser encontrada, ou seja, enfrentar a resistência das oligarquias em fazer a reforma agrária. O Movimento apontava como respostas e aprendizagem para os/as assentados/as a pressão através da ocupação, sem a qual não seria possível a reforma agrária.

Para que a luta não se restringisse apenas aos adultos responsáveis pelos

lotes, o MST busca organizar os/as jovens e as mulheres e, em 1996, as crianças. Tal estratégia buscava trazer para outros integrantes do assentamento a interiorização do projeto de reforma agrária para que os/as mesmos/as pudessem elaborar e reivindicar propostas específicas, de acordo com suas necessidades, para evitar a futura falta de perspectivas e sua saída do assentamento.

O MST enquanto movimento social de classe, que se coloca na perspectiva de construir o socialismo, compreende que sua viabilidade não é possível se as alianças não forem ampliadas, tanto no país quanto em nível internacional. Assim, além de ter o apoio da CUT, CPT, CNBB, Igreja Luterana, AOB, ABRA, CIMI e a UNE, consegue a colaboração de representantes do PT, PSDB, PDT, PCB, PSB, PC do B e representantes de organizações camponesas da Guatemala, Peru, Equador, El Salvador, Uruguai, Cuba, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Angola (MORISSAWA, op. cit. p. 146). Tal fato demonstra a capacidade de direção e articulação do Movimento, na perspectiva de construção de um novo bloco histórico, objetivando edificar uma nova hegemonia.

A relação com os partidos políticos viabilizou a criação do Programa Terra Brasil, responsável em garantir aos assentamentos infra-estrutura necessária para sua existência. Ademais, conseguem ainda promulgar a Lei Agrária que determinava prazos para a justiça tomar as decisões sobre o processo de desapropriação.

Compreendendo a viabilidade e agilidade da citada Lei, os representantes dos latifundiários conseguiram aprovar emendas que restringiam a reforma agrária a áreas públicas ou de fronteira agrícola, descentralizando os conflitos. Além disso, foram transferidos para os municípios, os recursos públicos para serem aplicados nos assentamentos.

Desta feita, o poder local, quando estava articulado à oligarquia, ao invés de subordinar os latifúndios improdutivos à função social, acabou reduzindo a desapropriação à questão da produtividade da terra, o que acabava inviabilizando a reforma agrária. Isto tudo era agravado pela desapropriação das propriedades, com o acordo dos/as latifundiários/as especuladores/as, que aumentavam o valor da terra de forma subordinada à lógica mercantilista. Este tipo de reforma agrária

foi chamado de reforma agrária de mercado.

Com o avanço dos ideais do neoliberalismo, devido ao enfraquecimento das organizações tradicionais da classe trabalhadora, no sentido de desmobilizar essas organizações e os movimentos sociais de luta pela terra, o estado reduz os gastos sociais, inviabilizando o estabelecimento das famílias nos assentamentos.

Diante do contexto mencionado, em 1995, no seu 3º Congresso Nacional, os Sem Terra intensificam a difusão de seu projeto de reforma na sociedade brasileira, bem como conseguem ampliar sua aliança com representantes de entidades da América Latina, Estados Unidos e da Europa. Tal estratégia teve um maior impacto de sensibilização devido ao uso da mídia, utilizando as seguintes notícias: o massacre de Columbiaras⁵, o calote dos/as latifundiários/s ao Banco do Brasil e a crise que a agricultura passava com a abertura do mercado. O uso da mídia explicitava, nessa relação de conflito, a postura do Estado em atender os interesses da classe dominante utilizando a força, sua ineficiência na cobrança dos débitos aos proprietários/as de terra e falta de solidariedade com os/as agricultores/as, que passavam a perder sua produção por não ter condição de concorrer com os produtos importados.

Em contrapartida, já que os meios de comunicação de massa são os aparelhos privados da hegemonia, os/as latifundiários/as utilizaram o mesmo instrumento, relacionando o Movimento do Sem Terra aos movimentos guerrilheiros, como forma de mostrar o quanto o MST é um movimento perigoso, além de acusá-lo de roubo, devido à taxa de 2% que é cobrada às famílias que participam de suas cooperativas.

Com a intensificação dos cortes com os gastos sociais, principalmente nas políticas voltadas para os assentamentos, o MST, em 1997, organizou a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que contou com a participação de cem mil pessoas. O que demonstra a capacidade do Movimento em aglutinar forças em torno de seu projeto político.

⁵ O massacre de Columbiaras aconteceu na madrugada do dia 09/08/95, na Fazenda Santa Elina, quando 300 policiais invadiram o acampamento e saíram atirando e jogando bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, deixando um saldo de 11 mortos (dois policiais e nove Sem Terra). Ocupado por 514 famílias, o acampamento era liderado pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Columbiaras.

Utilizando como aprendizado, no processo de construção de uma nova hegemonia, as marchas. Em 1998, é realizada outra marcha, tendo em vista o início da privatização da reforma agrária, com a criação do Programa Cédula da Terra. Assim, tomou-se como iniciativa a criação do Fórum Nacional de Reforma Agrária, no sentido de aglutinar forças para se contrapor ao projeto mercantilista da reforma agrária, que acaba se estendendo com a criação de mais um Programa: o Novo Mundo Rural.

O Novo Mundo Rural foi uma política de desenvolvimento rural criada em 1999, pelo Governo Federal, objetivando descentralizar o processo de reforma agrária nos estados e municípios e inserir a agricultura familiar no mercado.

Com o Novo Mundo Rural, o Governo Federal propunha o fim das ocupações de terra em troca da inscrição no Banco da Terra. O Banco da Terra era um cadastro em que os/as trabalhadores/as que desejavam ter acesso a terra se inscreviam e aguardavam ser chamados a participar da reforma agrária. Entretanto, eram impostos alguns limites para restringir a participação dos/as trabalhadores/as. Por exemplo, ter cinco anos de experiência na agricultura, deixando de fora 40% dos solicitantes (JUNIOR, 1999).

Na realidade, o Novo Mundo Rural foi criado no sentido de esvaziar os movimentos sociais de luta pela terra, já que esta proposta de reforma agrária dispensava a participação dos movimentos. Além disso, este Programa, desmobilizava os/as trabalhadores/as porque subtraía uma significativa parcela, haja visto que nem todos/as tinham experiência na agricultura familiar.

Diante do contexto, em 2000, na realização do seu 4º Congresso Nacional, o MST reafirma a luta pelo combate ao latifúndio, externalizando seu projeto “Por um Brasil sem latifúndio”. Assume ainda, a luta pela resistência contra a subordinação da produção agrícola ao capital, através da compra de sementes geneticamente modificadas, que tem como resultado os produtos transgênicos. Além disso, propõe como estratégia de enfrentamento da classe dominante, difundir um projeto de sociedade na perspectiva de estimular a proposição de modelos de desenvolvimento que promovam a viabilidade econômica, levando em consideração a produtividade e a questão ambiental, incentivando o debate sobre

as relações de gênero, e pondo em prática a solidariedade com as lutas sociais. Tudo isto tendo em vista despertar nas/os trabalhadoras/es, através da consciência política sobre a sua importância, o fortalecimento de alianças entre as várias categorias de trabalhadores/as que buscam a construção de um projeto político de classe. Com o propósito também de realizar atividades contra os programas impostos pelos países imperialistas, contribuir com os diferentes grupos que almejam a construção de uma nova sociedade, estimular a formação na sociedade brasileira sobre as problemáticas existentes no país enquanto parte do projeto de reforma agrária, divulgar o projeto de reforma agrária nas cidades e articular um conjunto de lutas com as outras organizações sociais de classe, tendo como referência o Dia Internacional de Luta Camponesa, 17 de abril (Sem Terra, ano XVIII, nº 203, agosto, 2000, apud MORISSAWA, 2001, p.166).

Fazendo um breve balanço da questão fundiária no Brasil, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, podemos afirmar que foi nesse governo que as relações da agricultura familiar com o mercado se consolidaram, 2.000 trabalhadores/as perderam seu emprego, só no primeiro mandato e 400mil pequenos/as agricultores/as perderam suas terras (GUIMARÃES, 1999).

Em 2002, com mais uma eleição presidencial, o MST reafirma o apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. E, no dia 27/10/2002, no segundo turno, Lula vence a eleição com 61% dos votos válidos (JC, Eleições 2002, 28/10/02).

Com a vitória de um partido de esquerda no poder, a correlação de forças passa a sofrer modificações. Se nos governos anteriores quem assumiu a presidência do INCRA foram latifundiários ou seus representantes, no atual governo quem assumiu foi um dirigente do partido da ala mais de esquerda que tem uma boa relação com os movimentos dos trabalhadores rurais.

No seu primeiro ano de mandato, o atual governo definiu como meta assentar 100mil famílias. Diante desse novo contexto, o MST propôs negociar com o governo a reforma agrária, dando uma pausa, nesse início, nas ocupações de terra. Para o MST, o projeto de reforma agrária do atual governo não é revolucionário, como deseja o Movimento, mas em entrevista no Fórum Social

Mundial, um de seus dirigentes, João Pedro Stédile, considera como um governo de transição para o socialismo.

1.5- O MST EM PERNAMBUCO

O Estado de Pernambuco tem uma área de 98.526,6 Km², com uma população de 7.918,344 hab, estando dividido em 5 mesorregiões, 19 microrregiões e uma região metropolitana, que engloba 185 municípios, 381 distritos, incluindo o Distrito de Fernando de Noronha⁶. Sua população urbana é de 69,07%, enquanto sua população rural é de 30,93%.

O Estado está marcado por um modelo de desenvolvimento fundamentado na concentração fundiária, monocultura e pecuária extensiva voltada para o mercado externo, que historicamente impossibilitou o acesso à terra aos/as trabalhadores/as de atividades agropecuárias. Obviamente não lhes garantindo as condições de infra-estrutura social necessárias para o atendimento das necessidades humanas.

O resultado do modelo de desenvolvimento brasileiro, voltado para atender ao funcionamento do sociometabolismo do capital, tem levado 29 milhões de pessoas a viver abaixo da linha de pobreza, conviver com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (69^a posição dentro os 126 países), uma taxa de analfabetismo de 35,89%⁷ e 20⁸% da população desempregada, no Brasil.

Tais fatores, somados à falta de prioridade nos investimentos agropecuários, já que os proprietários de terra também investem em outros empreendimentos, à abertura do mercado aos produtos importados, à desresponsabilização do Estado com os gastos sociais, já que o Estado foi o principal financiador das políticas voltadas para beneficiar esses setores sobretudo, com a crise do setor açucareiro e da seca levaram a uma grande insatisfação por parte dos/as trabalhadores/as.

⁶ IBGE. Divisão Territorial do Brasil com indicação das Unidades da Federação, das mesorregiões e microrregiões geográficas e municípios, com respectivos códigos, 1997.

⁷MEPF: I Censo da Reforma Agrária do Brasil, 1996.

⁸ DIEESE, Departamento de informações e estudos econômicos na área sindical. Taxa de desemprego, 2.000.

A situação apresentada nos parágrafos anteriores contribuiu para que a proposta do MST em se expandir em nível nacional se concretizasse, sobretudo nas áreas históricas de conflito e resistência à concentração de terra, nos estados das Regiões Sul, Nordeste e Sudeste.

A formação do MST no Estado de Pernambuco dá-se em 1989, quando instala-se no município de Palmares, localizado na Região da Mata Setentrional. A Secretaria do Movimento, é formada por militantes advindos dos Estados de Sergipe, Paraíba, Bahia e Espírito Santo. Seu intuito era o de formar e conscientizar as famílias sobre a importância de participar deste Movimento. Inicia-se, assim, a formação de grupos, inicialmente na Zona da Mata Sul, foco de resistência e de concentração fundiária.

Os primeiros grupos se formaram nos municípios de Palmares, Joaquim Nabuco, Ribeirão, Escada e Cabo de Santo Agostinho. A primeira ocupação do Movimento ocorreu no município do Cabo de Santo Agostinho, região metropolitana da cidade do Recife, nas terras do Complexo Portuário de Suape, no dia 25 de julho de 1989.

A tentativa foi frustrada, pois os/as sem terra foram expulsos/as. Como forma de resistência, acamparam em frente ao Palácio do Campo das Princesas, (Palácio do Governo Estadual) na cidade do Recife. Não havendo negociação, foram expulsos no mesmo dia e retornaram às suas áreas de acampamento, à beira da BR101.

Para resolver o conflito, o INCRA encaminha as famílias para as cidades do Belém do São Francisco e Cabrobó, área de conflito, também conhecida como o Polígono da Maconha. Tal situação fez com que as famílias se dispersassem, fragilizando a organização do Movimento. Além de tais dificuldades, o MST

devido ao pouco conhecimento do Estado por aqueles que vinham trazendo a bandeira vermelha, quanto a aspectos ligados à realidade política e econômica do local, à realidade das famílias sem terra e, até mesmo, ao pouco conhecimento geográfico-agrícola do Estado. Outro grande obstáculo, que pode ser levantado, é a histórica predominância da monocultura canavieira nos grandes latifúndios de engenhos no local, que se constitui com uma imposição de relações sociais extremamente

desumanas (apud, CASAGRANDE, 2001, p. 72).

Acreditava-se que, por Miguel Arraes estar no governo, o processo de luta seria menos árduo, já que este governador havia apoiado as lutas sociais nos anos de 1960. No entanto, em 1989, o citado governador, para se eleger, fez alianças com as oligarquias agrárias e tinha uma forte ligação com a FETAPE. Naquele momento, os sindicatos tinham ainda um grande número de filiados, mas a reforma agrária não era sua principal bandeira de luta, pois continuava a luta por melhores salários.

Com a intensificação do processo de mecanização no campo, o fechamento das usinas e o aumento do índice de desemprego, os sindicatos passaram a perder seus/uas filiados/as para o MST. Neste sentido, os sindicatos passam também a lutar pela reforma agrária.

Nos primeiros anos da década de 90, é retomada a luta pela reforma agrária na Zona da Mata, ponto estratégico do Movimento. Com a conquista de três áreas que estavam em processo de desapropriação - Manga Nova, Federação e Angico, localizadas em Petrolina - o Movimento retoma o fôlego e busca conquistar outras áreas (Pombos, Gameleira, Amaraj, Barretos, Gravatá, Bonito, Rio Formoso, Barra de Guabiraba, Água Preta, Santa Maria da Boa Vista, Caruaru, Riacho das Almas e São Bento do Uma) consolidando, de vez, sua organização em Pernambuco.

Em 1992, o MST realiza o seu I Encontro Estadual, em Nazaré da Mata, elegendo sua coordenação estadual, após a consolidação da formação de militantes, haja visto que as/os organizadoras/es do Movimento em Pernambuco tinham vindo de fora do Estado.

Após o citado Encontro e a solidificação da organização do Movimento na Zona da Mata Sul, buscava-se sua expansão para o Sertão do São Francisco. Nesse período havia uma crise, devido ao alto índice de desemprego e ao endividamento dos empresários rurais junto ao Banco do Brasil, o que acabou facilitando a organização e a ocupação dessas áreas, fazendo com que elas fossem desocupadas para fins de reforma agrária.

O MST esteve presente ainda, em Lagoa Grande, Afrânio, Serra Talhada, Mirandiba, Santa Maria, Cabrobó, Santa Cruz e Juazeiro da Bahia. No entanto, a organização do Movimento não se deu de forma pacífica, havendo resistência por parte dos/as empresários/as rurais, através da polícia, do poder local e dos sindicatos, que estavam perdendo sua base.

A polícia começou a trabalhar contra, alguns sindicatos começaram a trabalhar contra, prefeitos começaram a trabalhar contra, vereadores começaram a trabalhar contra. Alguns fazendeiros começaram a ameaçar de morte. Ir pros grupos no meio da reunião, puxar arma, inclusive eu fui ameaçado aqui em praça pública em Lagoa Grande, os caras esfregavam a arma na cara pra dizer que se fosse a áreas dele ia ser morto e tal. E aquele negócio começou a se espalhar e o pessoal começou a ficar com medo. E aí, começou todo mundo a esvaziar os grupos. Começou a esvaziar os grupos, esvaziar os grupos e a gente, entrou em desespero (apud, CASAGRANDE, Idem, p. 76).

Entretanto, os/as militantes do Movimento realimentaram sua luta, participando dos congressos e encontros, porque lá foram apontadas as possibilidades concretas de sucesso através da conquista de assentamentos. Enfim, nesse período foram ocupadas a fazenda Safra, a Varig Agropecuária, a Ouro Verde, a São Francisco, a São José do Vale, Maria Goretti e uma em Floresta. Além de se expandir para o Araripe, Floresta e Cabrobó.

Neste sentido, podemos afirmar que, apesar do projeto hegemônico da classe dominante ser outro, e estar sustentado no monopólio da propriedade da terra e da produção agropecuária, o MST tem progressivamente se contraposto através da consolidação da luta pela reforma agrária. Além disso, tem proposto uma nova sociedade, com o consentimento de várias categorias da classe subalterna, o que se torna relevante na formação de um novo bloco histórico.

Atualmente, o MST em Pernambuco tem influência em mais de cem áreas, entre acampamentos e assentamentos. A partir da posse do novo Governo Federal (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva), em janeiro de 2003, novos desafios se apresentam ao MST. Um deles, o Programa Fome Zero, por exemplo, que propõe a produção de alimentos para atender às necessidades do mercado

interno, fazendo com que atinja 40 milhões de brasileiras/os que passam fome⁹. Tendo em vista que nosso estudo não abrange o período do governo Lula, deixaremos para futuras pesquisas a análise desses novos tempos.

No capítulo que se segue, trataremos da questão da hegemonia, fundamental para a compreensão do nosso objeto de estudo.

⁹ Disponível em: <http://br.news.yahoo.com>. Acesso em 9/12/02.

CAPÍTULO II – HEGEMONIA: A CATEGORIA DE ANÁLISE EM QUESTÃO

2.1- O CONCEITO DE HEGEMONIA

Hegemonia é uma palavra de origem grega que significa: ir à frente, ser guia ou condutor. Esta categoria de análise, no decorrer do processo histórico, tem passado por modificações para dar conta do movimento da realidade. Com relação a sua compreensão conceitual, vários/as autores/as têm feito interpretações de diversas formas. Utilizada pelos seguidores da teoria social de Marx, a categoria hegemonia tem sido entendida enquanto estratégia de transição para o socialismo.

Desde a Guerra Civil na França (1871) até a Revolução Russa (1917), o conceito de hegemonia esteve ligado à conquista do Estado pela classe trabalhadora, através da aliança operário-camponesa, sob a direção política dos operários no processo revolucionário. Analisando a experiência da Comuna de Paris, ou seja, a tomada do poder do Estado pelos trabalhadores, afirma Marx (1975),

o regime comunal colocava os produtores do campo sob a direção ideológica das capitais e distritos, oferecendo-lhes, nos operários da cidade, os representantes naturais de seus interesses (MARX, 1975, p.199).

A hegemonia da classe trabalhadora representava

essencialmente, um governo de classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho (MARX, op cit. p.199).

Como podemos analisar, a sociedade política (o Estado) era o alvo a ser atingido pela classe trabalhadora para modificação da sociedade, a partir da proposta de uma nova lógica de organização do trabalho, haja visto que a sociedade civil naquele período era pouco desenvolvida. Acreditava-se ainda, que a tomada do poder pelos trabalhadores deveria ser estendida aos demais países,

fazendo com que estes também implementassem o regime socialista.

Compreendendo tal estratégia de luta, tanto os bolcheviques quanto os mencheviques do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR) utilizaram o conceito de hegemonia, entretanto, este assumiu conteúdos diferenciados. Para os bolcheviques,

A hegemonia era uma questão de tomada imediata do poder para realizar, mediante um poder ditatorial dirigido pela cúpula do partido (bolchevique, ainda que nominalmente social-democrata), a revolução burguesa 'sem burguesia' e passar depois para o socialismo (STRADA, 1984, p.157).

Já para os mencheviques, a hegemonia é "a auto-educação política das mais amplas massas populares e para o próprio amadurecimento do partido" (STRADA, loc. cit. p. 157). Sendo assim, o conceito de hegemonia do proletariado acabou tornando-se "uma herança política comum a bolcheviques e mencheviques por ocasião do II Congresso do POS DR" (JESUS, 1989, p.36).

Referindo-se à hegemonia, afirma Lênin (1989) "a ditadura do proletariado é uma luta tenaz, cruenta e incruenta, violenta e pacífica, militar e econômica, pedagógica e administrativa, contra as forças e as tradições da antiga sociedade" (LÊNIN,1989:41).

Seria, segundo Bogdânov, também bolchevique, "não um simples fenômeno político, mas também um movimento sócio-cultural" (SCHERRER, 1984, p.208).

Ao reforçar a necessidade da aliança operário-camponesa foi constatado que sem ela a revolução proletária não seria possível. Tal fato foi percebido por Marx (1975) em seus estudos realizados sobre a Revolução de Fevereiro (1848), tendo em vista que, historicamente, o camponês¹⁰ foi visto como uma categoria de grande expressão política, pois, era "um fator essencialíssimo da população, produção e poder político" (ENGELS, 1975, p.135).

¹⁰No entender de Marx, o que existe são várias categorias de trabalhadores que desenvolvem atividades agrícolas diferenciadas, para ele não existem camponeses. Utilizaremos o conceito de camponês porque este foi utilizado pelos seguidores de Marx enquanto instrumento de análise.

Por outro lado, a burguesia, em sua formação, reconhecendo também a força política do campesinato e temendo sua aliança com o movimento operário, difundiu a idéia de que este, se tomasse o poder, acabaria com a sua propriedade individual. Assim, tanto a burguesia, como os latifundiários, passaram a ser representantes dos interesses dos camponeses, porque aos mesmos não interessava participar dos processos políticos, no período inicial de expansão do capitalismo (ENGELS, Idem, p.135).

Um dos resultados dessa aliança entre a burguesia e os camponeses foi a vitória na Revolução de Fevereiro de 1848, na França. A burguesia, vendo-se ameaçada pelos socialistas, especialmente o operariado, apóia como Presidente da República Luís Napoleão Bonaparte, no intuito de defender seus interesses. Mesmo que isso significasse concentrar poderes nas mãos deste, já que “Luis Bonaparte retirou aos capitalistas o poder político sob o pretexto de defendê-los, de defender os burgueses contra os operários” (ENGELS, op cit., p.160)

Tal situação criou a idéia de que o camponês era passivo, já que o mesmo não tinha intenção de participar das manifestações políticas. Assim, começou-se a forjar uma conotação negativa a respeito do campesinato. O movimento operário, ao longo dos anos, percebendo a força política dos camponeses, compreendeu que a revolução proletária não seria possível sem a participação do campesinato. Sendo assim, o movimento operário passou a pensar em estratégias que fizessem dos camponeses seus aliados, criando um projeto político que refletisse seus interesses também. Em 1892, foi aprovado no Congresso de Marselha o primeiro Programa Agrário do Partido Socialista, tendo em vista que, naquele momento

A tarefa mais importante do movimento operário alemão é vivificar essa classe e arrastá-la consigo. No dia em que a massa dos trabalhadores agrícolas compreender seus próprios interesses será impossível à Alemanha ter um governo reacionário, feudal, burocrático ou burguês (ENGELS, 1946, p. 14)

Em princípio, a proposta do partido para atrair os camponeses¹¹ era defender sua propriedade individual, pois não interessava a esse partido separar o trabalho da propriedade, tendo em vista que, segundo alguns estudiosos da época, este tipo de propriedade iria desaparecer (ENGELS, 1975, p. 146).

Sendo assim, o partido socialista tomou como objetivo defender a propriedade individual desses trabalhadores, garantindo-lhes as condições necessárias para sua reprodução.

Face aos pequenos camponeses, nossa missão consistirá, antes de tudo em orientar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo- não pela força e sim pelo exemplo e oferecendo-lhes ajuda social para esse fim (ENGELS, op cit. p. 147).

Além disso, aos poucos seria incentivada a prática de trabalhos associativos, para que os mesmos fossem se educando e compreendessem a sua importância, percebendo que a não organização coletiva resultaria em seu fim. Acreditava-se que com o exercício do trabalho cooperado e com o desenvolvimento da produção coletiva, a propriedade e o trabalho individual iriam se exaurir como iniciativa dos próprios trabalhadores, porque cabia ao movimento operário a tarefa de

Mostrar aos camponeses, constante e incansavelmente, que, enquanto o capitalismo dominar, sua situação continuará a ser absolutamente desesperadora; convencê-los da absoluta impossibilidade de conservar sua propriedade parcelar, como tal: infundir-lhes a certeza absoluta de que a produção capitalista passará por cima de sua antiquada e impotente pequena exploração, da mesma forma que um trem passa por cima de um carro de mão. Se assim agirmos, estaremos trabalhando no sentido da evolução econômica - inevitável - e esta se encarregará de fazer com que os pequenos camponeses prestem ouvidos a nossas palavras (ENGELS, Idem, p. 149).

¹¹ Para Engels estes camponeses seriam proprietários que têm um pequeno pedaço de terra para cultivar com a família.

A partir do reconhecimento do Partido Socialista sobre a importância do campesinato no processo revolucionário, a estratégia da aliança operário-camponesa foi universalizada para os países que desejavam chegar ao socialismo. Todavia, no processo de luta, os camponeses estariam subordinados ao operariado, por serem considerados incapazes de conduzir uma revolução socialista. Foi assim na Revolução Russa e, em variadas estratégias de tomada de poder para implementação do regime socialista.

Nesse sentido, Lênin, ao argumentar sobre a característica pequeno-burguesa do campesinato, reforça a tese da condução política do operariado e da força que este deve ter para educar e transformar os pequenos produtores rurais, com o objetivo de consolidar a hegemonia através da Revolução Comunista, reafirmando a importância da aliança operário-camponesa.

É preciso conviver com eles, e só se pode (e deve) transformá-los, reeducá-los, mediante um trabalho de organização muito longo, lento e prudente. Esses pequenos produtores cercam o proletariado por todos os lados de uma atmosfera pequeno-burguesa, embebem-no nela, corrompem-no com ela, provocam constantemente, no seio do proletariado, recaídas de frouxidão, dispersividade e individualismo pequeno-burgueses, de oscilações entre entusiasmo e abatimento. Para fazer frente a isso, para permitir que o proletariado exerça acertada, eficaz e vitoriosamente sua função organizadora (que é sua função principal), são necessárias uma centralização e uma disciplina severíssimas no partido político do proletariado (LENIN, *idem*, p. 41).

Cabe frisar também que os marxistas acreditavam que, com o avanço do capitalismo, os camponeses iriam desaparecer naturalmente, por isso era necessário que esse futuro proletário se interessasse pelo ideário socialista, no sentido de transformá-los em aliados no processo revolucionário da classe operária.

Neste sentido, podemos afirmar que, apesar de assumir conteúdos diferenciados, da Guerra Civil na França até a Revolução Russa, a hegemonia estava relacionada à tomada do poder do Estado pela classe trabalhadora, ou seja, à ditadura do proletariado.

Gramsci retoma o conceito de hegemonia em Lênin no que se refere à aliança operário-camponesa; porém, ele avança ao valorizar a sociedade civil em detrimento da sociedade política enquanto espaço onde se concretiza a hegemonia, a direção intelectual e moral.

Para Gramsci, a hegemonia - coerção e consenso – vai se dar na sociedade civil, local onde a classe dominante se legitima a partir da difusão de seu projeto de classe. Partindo desta perspectiva, estudaremos no próximo item como Gramsci fundamentou o seu pensamento.

2.2- O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI

Ao analisarmos o conceito de hegemonia em Gramsci, afirmamos que é a partir dele que fundamentaremos nosso trabalho dissertativo. Retomando o conceito de hegemonia na tradição marxista, Gramsci parte de sua realidade concreta, a Itália, elaborando a seu pensamento político, resultante das estratégias de luta aplicadas pelo Partido Comunista Italiano (PCI), para chegar ao socialismo.

Na construção de seu pensamento, Gramsci vai estudar a Questão Meridional, problemática que lhe acompanhou desde jovem e que deu origem a uma obra com o mesmo nome. É a partir da Questão Meridional que vai se dar a elaboração de suas principais obras que vão fundamentar o seu pensamento político, tendo em vista que a “Questão Meridional representa um ponto de inflexão na análise e desenvolvimento teórico de Gramsci, e não apenas à questão meridional” (GRAMSCI, 1987, p. 34).

Como havíamos afirmado anteriormente, Gramsci avança no conceito de hegemonia utilizado por Lênin, enquanto ditadura do proletariado. Ao dar enfoque ao elemento da cultura, ou seja, a uma nova forma de pensar e agir, o espaço privilegiado ao invés de ser a sociedade política (o Estado em seu sentido estrito) vai ser a sociedade civil, local onde é legitimando o consenso social perante a ideologia da classe dominante.

Tratando-se da realidade italiana, representava o rompimento com a forma

de conhecer e explicar a Questão Meridional, não simplesmente como as diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais entre as Penínsulas do Norte e do Sul, que fazem desta última uma região pobre, tendo como base da economia a produção agropecuária e, daquela uma região rica, como resultado da concentração de empresários; mas como um fator resultante do desenvolvimento do modo de produção capitalista desigual e combinado (GRAMSCI, op cit. p. 62).

Rompia-se também com o pensamento dos intelectuais tradicionais que não viam como solução das desigualdades existentes entre o Norte e o Sul a necessidade de superação do modo de produção capitalista, mas apontavam como indicativo de resolver o atraso econômico do Sul da Itália de forma isolada, através de sua industrialização.

Daí a importância dos intelectuais orgânicos na elaboração de uma nova cultura, sustentada numa teoria revolucionária, dentro da perspectiva da classe subalterna que busca compreender a realidade além de sua aparência, indo à essência.

É nesse sentido que os operários e camponeses conscientes devem querer que a ação socialista se dirija: no sentido de realizar uma obra de educação revolucionária das grandes massas, de unificar os sentimentos e as aspirações das grandes massas na compreensão do programa comunista, de difundir incessantemente a persuasão de que os problemas atuais da economia industrial e agrícola só podem ser resolvidos fora do parlamento, contra o parlamento, pelo Estado operário (GRAMSCI, Idem, p. 77-78).

Ademais, ao tratar do tema a Questão Meridional, Gramsci discutia a direção política que deveria ser dada ao PCI no seu processo revolucionário, tendo em vista que o mesmo disputava internamente com vários grupos, sobretudo com a social-democracia, ala do movimento operário que prega as reformas sociais, ao invés de uma ruptura com o sistema econômico vigente.

Gramsci desenvolve sua obra no início do século XX, momento de desenvolvimento e expansão do capitalismo na Itália, concomitantemente com o movimento operário, que trazia em seu bojo várias vertentes de direção política, influenciadas por Proudhon, Bakunine e pelo marxismo ortodoxo.

Para o referido autor, a realização da hegemonia não se dá apenas com a dominação, realizada pela força, mas também pela direção, através do consenso. Tal compreensão foi possível porque Gramsci acaba sendo influenciado pelo debate interno do partido social-democrata alemão, líder da II Internacional.

Um grupo afirmava que o desenvolvimento do capitalismo nos países do Oriente e Ocidente ocorria de forma diferenciada, por isso, as estratégias de luta deveriam ser realizadas a partir da realidade sócio-histórica de cada formação social, valorizando os aspectos econômicos, políticos e culturais (SIMIONATO, 1999). Tal afirmativa foi colocada em discussão porque a direção do Partido Social Democrata Alemão queria universalizar as mesmas estratégias de luta utilizadas na Revolução Russa, tanto nos países do Oriente, quanto no Ocidente. Este fato gerou polêmicas quanto à condução do partido no processo revolucionário, o que acabou dividindo-o entre a social-democracia e os comunistas.

A partir das polêmicas levantadas sobre a condição do partido no processo revolucionário, Gramsci passa a analisar as diferenças existentes no processo de desenvolvimento do capitalismo no Oriente e no Ocidente. Faziam parte da polêmica,

Os que consideravam que o processo revolucionário deveria ter sua base fundamental nas lutas de massas extraparlamentares e crê ter sido precisamente o proletariado russo a abrir caminho e fornecer a inspiração essencial para a nova estratégia e os que, ao contrário, consideram funesta a imitação das formas de luta do proletariado russo pelo proletariado dos países capitalistas avançados, e pensam ser necessário proceder segundo os caminhos da legalidade, no interior das instituições parlamentares, indispensável para se chegar ao socialismo ampliando os espaços criados pela democracia política entendida segundo a herança liberal (SALVADORI, 1984, p.244).

Rosa Luxemburgo, principal envolvida na polêmica, defendia a primeira proposta, além de defender também a luta de massas. Acompanhando este debate e atualizando-o a partir da realidade concreta, vivida na Itália, na época do regime fascista, Gramsci rompe com a visão mecanicista e fatalista, influenciada

pelo Positivismo nas II e III Internacional Comunista¹², que entendiam o socialismo como: “uma fase de evolução humana ‘natural e espontânea, portanto inevitável e irrevogável’; não existe necessidade de revolução ‘no sentido habitual e inexato de revolta violenta e tumultuada’” (LÖWY, 2000, p.117).

A partir dessas reflexões, Gramsci propõe estratégias de luta diferenciadas para o Oriente e Ocidente, reconhecendo a necessidade de valorizar suas particularidades.

Para o citado autor, nas sociedades ocidentais, a sociedade civil¹³ está mais consolidada e o processo de hegemonia se concretiza nesse espaço, através dos aparelhos privados de hegemonia (escola, meios de comunicação, igreja, arte, entre outros), por intermédio do consenso. Enquanto que, nas sociedades orientais, para Gramsci, a sociedade civil é gelatinosa e a hegemonia se dá na sociedade política¹⁴, através da dominação. Segundo Gramsci, no primeiro caso, predomina a guerra de posições, ou seja, uma nova hegemonia a partir da sociedade civil, da construção de um projeto político que aglutine as frações de classe que estão em condição de subalternidade, pois antes mesmo de ser hegemônica ela tem que ser dirigente.

No segundo momento, Gramsci propõe a guerra de movimento, o confronto direto com o Estado burguês, a tomada do poder, a dominação, visto que

Nas formações orientais, o que está em jogo é a conquista imediata do Estado. Nesta direção, a luta de classes assume, em seu momento decisivo, o caráter de ataque frontal ao poder, ou seja, uma ‘guerra de movimento’. No Ocidente, este processo se daria de maneira diversa. O embate girava no âmbito da sociedade civil. Essa estratégia, denominada por Gramsci de ‘guerra de posição’, encerra em si um processo de luta para a conquista da direção político-ideológica e do consenso mais expressivo da população, como caminho para a conquista e conservação do poder (SIMIONATO, idem. p. 39-40).

¹² Vale ressaltar que a disseminação do Positivismo no marxismo ocorreu a partir da II Internacional. Sobre isso ler: LÖWY (1995), TOLEDO (2001), QUIROGA (1991).

¹³ Entendida enquanto “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ (GRAMSCI, 2000, p. 20)”.

¹⁴ Representa “à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’ (GRAMSCI, 2000, p. 21).

A classe hegemônica é considerada dirigente porque aglutina as demais frações de classe em torno de seu projeto político, fazendo com que estas compreendam tal projeto como seu, através da ideologia. Nesse sentido, a ideologia é uma forma de pensar que vai dar unidade ao bloco histórico. Ideologia é uma “concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na Arte, no Direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2001, p.98-99).

Sendo assim, a classe subalterna, para construir uma nova hegemonia, necessita fazer com que as demais frações de classe compreendam que a ideologia da qual compartilham não é a sua. Haja visto que, “criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa tomá-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído” (GRAMSCI, op. cit. p.94). Para isso, é preciso que a classe subalterna elabore sua própria ideologia para aglutinar as demais frações de classe, para que a contradição entre teoria e prática seja superada, onde

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da Ética, depois no da Política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, Idem, p.103).

Antes mesmo de ser hegemônica, a classe que almeja o poder tem que ser dirigente, já que num momento de crise de hegemonia a classe subalterna pode tomar o poder e tornar-se dominante; haja visto que, para fazer-se classe dirigente, o “proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que se impõe ao capitalismo” (COUTINHO, 1999, p.64-65) e esta direção estaria articulada ao mundo do trabalho, no caso o espaço da fábrica, haja visto que a classe operária foi colocada historicamente como sujeito revolucionário.

Acreditava-se que a fábrica serviria como espaço educativo para construção de uma nova sociedade sustentada por uma nova organização do trabalho, já que “só a classe operária pode, a partir do mundo do trabalho, da fábrica, organizar uma sociedade nova, capaz de vida e de desenvolvimento” (GRAMSCI, 1987, p.82).

Neste sentido, Gramsci valoriza a sociedade civil, a superestrutura, indicando-a como momento primordial no processo de hegemonia, entretanto, não descartando sua articulação com a infra-estrutura, local onde vão sendo constituídas novas relações sociais.

Sendo assim, ao tratarmos da hegemonia enquanto nova forma de pensar e agir entendemos que ela não pode existir se não estiver ligada à esfera do trabalho, fato que iremos abordar ainda neste capítulo, para melhor entendemos porque a educação é importante enquanto instrumento de luta do MST.

Retomando o debate sobre o conceito de hegemonia, observamos que diferentemente de Lênin, que propunha a direção político-cultural no momento da ditadura do proletariado, Gramsci sugere a direção intelectual e moral, uma nova forma de pensar e agir dentro do próprio sistema capitalista, antes mesmo da classe subalterna ser dominante.

Trata-se de elevar o nível cultural da classe subalterna, fazendo com que a mesma supere o senso comum, ou seja, “conhecimento acrítico, desagregado e ocasional (GRAMSCI, 2001, p.93)”, atingindo o núcleo bom do senso comum, o bom senso: “conhecimento crítico, histórico e homogêneo da realidade” (GRAMSCI, Ibid. p. 98). É se enxergar enquanto sujeito histórico no processo de construção de uma nova sociedade, no sentido de se contrapor ao que está posto. Para isso, faz-se necessário tomar conhecimento de sua história, compreendendo o porquê de sua condição de vida, desmistificando a realidade social obscurecida pelo modo de pensar hegemônico, posto que,

No sentido mais imediato e determinado, não se pode ser filósofo – isto é, ter uma concepção de mundo criticamente coerente – sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções de mundo ou com elementos de outras

concepções (GRAMSCI, Idem, p.95).

Com a proposição de construção de uma nova sociabilidade é reafirmado o papel do partido nesse processo, proposto anteriormente por Karl Marx e os teóricos que deram continuidade ao seu pensamento (Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Gramsci, entre outros), ou seja, os partidos políticos seriam responsáveis pela elaboração e difusão da concepção de mundo voltada para os interesses da classe subalterna (GRAMSCI, 2000).

Entretanto, após a crise do regime socialista na Rússia e nos demais países europeus, os partidos de esquerda abandonaram a perspectiva revolucionária da proposição de uma nova organização do trabalho, no sentido de superar a sociabilidade do capital, optando por privilegiar a esfera institucional na perspectiva da mudança, ao invés de assumir o discurso de uma revolução socialista.

A derrota das tentativas revolucionárias para superar o capital é de tal monta, até o presente momento, que gera a ilusão da impossibilidade de os homens construir conscientemente a sua história. A derrota revolucionária revitalizou a concepção liberal segundo a qual a permanência da ordem capitalista se deve ao fato de ela corresponder a uma pretensa 'essência' humana (LESSA, 1997, p.9).

A falta de perspectiva de transformação social objetivando a superação do modo de produção capitalista, passa a tomar força, também, porque o movimento operário, apontado como sujeito político, condutor do processo revolucionário, não conseguiu elaborar uma pauta de reivindicações estratégicas que superassem a esfera de reprodução dos/as trabalhadores/as. Este fato tem levado autores como CASTORIADIS (1985), a questionar a centralidade política deste movimento, justamente porque,

nos países de capitalismo moderno, o proletariado tende a se tornar uma 'camada' social numericamente minoritária e não mais se manifesta como uma classe social. É exatamente por esta razão que a teoria da revolução proletária revelou-se uma abstração racionalista, porque está baseada na centralidade – a

'missão histórica' – da classe operária no processo de transformação social. O proletariado desapareceu como sujeito revolucionário privilegiado e sua 'luta contra o sistema instituído não é, quantitativa ou qualitativamente, nem mais nem menos importante do que a de outras camadas sociais (CASTORIADIS, 1985, p.76, apud, EVANGELISTA, 1997, p.19).

Ao tratar do fim das classes sociais discordamos de Castoriadis, pois não houve transformação nenhuma no que diz respeito a seu fim. Porque, cada vez mais tem se acentuado a diferença entre ricos e pobres¹⁵, e as formas de acesso aos meios de produção continuam sendo um elemento importante para diferenciar as classes sociais (exploradores/as e explorados/as).

Ademais, ao tratamos do conceito de classe social, o mesmo não se restringe apenas ao proletariado, mas ao conjunto de sujeitos históricos que estão em condição de subalternidade em relação a classe que detém os meios de produção, e conseqüentemente, o domínio político e ideológico.

Diante do exposto, sobre o conceito de hegemonia em Gramsci, queremos ressaltar que alinhamos a nossa visão ao debate efetivado por Cardoso (1995), no qual ela afirma que este conceito assume três perspectivas que estão articuladas entre si: ora enquanto aliança de classe (operário-camponesa), ora enquanto partido político, atuando como sujeito coletivo na construção de um projeto da classe subalterna e, num outro momento, como reforma intelectual e moral ou como construção de uma nova cultura das classes subalternas.

Tais perspectivas passam a ser explicitadas e demonstram sua complexidade a partir das interpretações que os/as estudiosos/as de Gramsci fazem do conceito de hegemonia.

Staconne (1987), assim o explicita: "implica a articulação de dois elementos complementares: a direção intelectual e moral e a dominação exercida por uma classe social sobre outras por intermédio dos órgãos da sociedade civil e da sociedade política" (STACONNE, 1987, p.33).

Ou seja, hegemonia é quando uma classe social sobrepõe sua forma de

¹⁵ Cerca de três bilhões de pessoas, metade da população mundial, vive na pobreza com renda de menos de 2 dólares por dia, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Disponível em: <http://br.news.yahoo.com>. Acesso em 06/06/03

pensar e agir através dos aparelhos privados da hegemonia coesivos e coercitivos.

Por sua vez, Gruppi (1980) afirma que a hegemonia é “algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1980, p. 03).

Em Gruppi é ressaltada a articulação entre estrutura (a base econômica) e a superestrutura (sociedade civil mais sociedade política).

Já Portelli (1960) conceitua hegemonia como “conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política)” (PORTELLI, 1960, p.65).

De modo geral, encontramos como espaço relevante a superestrutura, momento da coerção e do consenso. Nas definições de Staconnne e Portelli, percebemos pontos em comum, no que se refere à mediação da sociedade civil e da sociedade política no processo de hegemonia, porque dizem respeito ao conceito ampliado de Estado.

É na sociedade civil que o Estado capitalista, para garantir a dominação por parte da classe dominante, se utiliza dos aparelhos privados da hegemonia para manter o consenso social, diante de seu projeto político. Ou, o Estado utiliza o poder de coerção, através da sociedade política, através dos aparelhos de repressão, representada pelas leis, normas jurídicas e consuetudinárias para manter o controle social, tomando como forma máxima de coerção, as forças armadas.

Gruppi acrescenta ainda, que a hegemonia tem a ver também com a estrutura econômica, por isso há uma relação entre estrutura e superestrutura.

Como podemos observar, o conceito de hegemonia em Gramsci, a partir do qual trabalharemos em nossa dissertação, assume várias perspectivas. No entanto, a que mais se aproxima de nosso objeto de estudo é a que compreende a hegemonia enquanto direção intelectual e moral, ou seja, uma nova forma de pensar e agir, já que é esta que dá homogeneidade à formação de um novo bloco social.

Ao tratarmos de uma nova forma de pensar e agir nos referimos à direção

política que tem sido dada pelo MST, enquanto movimento social de classe, que busca articular uma complexidade de lutas sociais, na perspectiva de difundir um projeto hegemônico da classe subalterna, sustentado por uma nova forma de organização do trabalho. Sendo assim, para compreendermos como o MST busca a construção de uma nova hegemonia, analisaremos o seu projeto político.

2.3- O PROJETO HEGEMÔNICO DO MST

O MST tem ocupado lugar relevante na sociedade brasileira, por reivindicar a modificação da estrutura fundiária e se contrapor ao modo de produção vigente, sendo também reconhecido pelo seu alto grau de mobilização, luta pela concretização de seu projeto político e articulação em nível internacional com outros movimentos de trabalhadores/as que buscam construir uma nova sociabilidade.

O que tem ocorrido é que grande parcela dos partidos políticos de esquerda deixou de lado a perspectiva de transformação social que aponte para uma nova sociabilidade, e o seu projeto político não tem atendido os anseios da classe subalterna.

Os partidos políticos, ao invés de proporem uma nova organização do trabalho como forma de superação do atual estágio de sociabilidade, vêm valorizando e buscando ampliar os espaços de participação política, objetivando reformas da sociedade.

Ademais, soma-se a este fato o abandono por parte de setores do movimento operário da perspectiva revolucionária, centrando suas reivindicações apenas na esfera mínima de reprodução social dos/as trabalhadores/as.

Para Mészáros (2002), os partidos políticos e movimentos operários não conseguiram elaborar estratégias viáveis de superação do modo de produção capitalista porque centraram suas ações no espaço da política, local do qual negavam, ficando assim reféns desse espaço de poder.

Diante desse contexto, movimentos sociais como o MST passam a se

destacar dos partidos políticos e do movimento operário. No entender de Petras (1997), a nova esquerda tem sido representada pelos movimentos camponeses, que têm como principal foco de luta os países latino-americanos, especialmente, pelo fato de que os mesmos são os primeiros a se oporem de modo mais consistente ao neoliberalismo. Para o referido autor, são os movimentos camponeses que vêm afirmar a atualidade da teoria social de Marx, ao contrário de muitos que têm apontado (CASTORIADIS, 1985, HABERMAS, 1991), sua inadequação em responder às significativas mudanças ocorridas na sociedade.

Também para Mészáros (op cit.), a atualidade do marxismo está nos movimentos camponeses, que através da proposição de uma nova organização do trabalho têm apontado para experiências concretas, no que se refere à construção de uma nova sociabilidade.

As afirmações dos referidos autores indicam que os movimentos camponeses, através de seu projeto político, têm apontado na perspectiva de construção de uma nova hegemonia, que não está apenas relacionada a uma nova forma de pensar e agir, mas que está, sobretudo, centrada numa nova forma de organização do trabalho, visto que esta é categoria fundante do ser social.

Para que novas formas de pensar e agir possam existir é fundamental que haja uma modificação na esfera produtiva. É a partir da base material que vão se constituindo os complexos sociais que vão garantir a reprodução da nova forma de organização social em processo de formação. Antes mesmo de um novo modo de produção existir, faz-se necessário que novas relações sociais vão se constituindo articuladas a uma base material. Isto porque

a produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo (MARX, & ENGELS, 1996, p.36).

Por compreendermos a importância do trabalho no processo de construção

de uma nova hegemonia da classe subalterna, realizaremos a análise que se segue.

2.4- O TRABALHO: CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL

A gênese do ser social tem como momento ontológico primário o trabalho. Partindo de uma situação concreta, o ser humano, a partir do trabalho, transforma a natureza no sentido de atender suas necessidades. Assim, o ser humano ao buscar atender as suas necessidades idealiza antes de objetivar¹⁶ as várias possibilidades de atingir seus objetivos, antecipando na consciência a melhor escolha para alcançar determinada finalidade.

Para que o ser humano possa existir, ele, através do trabalho, necessita criar os instrumentos para a transformação da natureza, objetivando atender suas necessidades. Ao transformar a natureza, o ser humano transforma a si mesmo, adquire novos conhecimentos e habilidades que vão dar origem a todo um complexo social. O trabalho é o momento ontológico primário porque a sua existência vai estar ligada intimamente às necessidades básicas do ser humano. De fato,

para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX & ENGELS, 1996, p. 39).

É a capacidade de projetar na consciência, antes mesmo de objetivar, para atender a uma finalidade, buscando os meios necessários para que a mesma seja atingida que os seres humanos se diferenciam dos animais. É a partir da consciência que se inicia esse processo de elaboração intelectual que só foi possível durante centenas e milhares de anos com o exercício do trabalho, o

¹⁶ Construir materialmente.

desenvolvimento e habilidade de outras partes do corpo. Ao analisar sobre tal situação, afirma Marx & Engels (1996),

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX & ENGELS, op cit., p. 39).

É a partir da organização do trabalho, tão só a partir dele, que o ser humano vai expressar a base de sua formação social, externando a partir dela uma forma de pensar e agir específica, condizente com a sua particularidade, ou seja, é através da base material que os seres humanos vão expressar um determinado modo de vida, manifestando assim, sua lógica de produção e em que as mesmas são desenvolvidas.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrado e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX & ENGELS, Idem, p. 27-38).

Na realização do trabalho está envolvida a capacidade teleológica, ou seja, o planejamento para atingir a um determinado fim, mais a causalidade, o inesperado. Assim, essa capacidade de escolha dos meios, para o fim que se quer atingir, a prévia-ideação, que é a projeção do objeto na consciência, antes mesmo que ele seja construído, é o que diferencia os seres humanos dos animais.

Neste sentido, temos um fator relevante nesse processo que é a

consciência, a capacidade de pensar e de fazer escolhas. Sem a relação ser humano/natureza, não pode existir o ser social.

A partir do atendimento de algumas necessidades, vão surgindo outras, dando origem a um complexo social que, partindo do conhecimento acumulado, novos complexos sociais vão se criando tendo como propósito criar as condições favoráveis para a reprodução da sociedade.

Tão somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existentes (LUKÁCS, 1978, p. 5)

Esses complexos sociais articulados a um projeto político garantem a uma classe social a supremacia sobre as demais, legitimando-a para que seja assegurada a sua reprodução social. Tal situação vai contribuir para que os conflitos sociais entre as classes existam, sendo este motor do desenvolvimento da história. Foi assim que aconteceu com as sociedades tribal, comunal, feudal ou estamental até chegamos atualmente, na sociedade capitalista, último tipo e estágio de sociedade para chegarmos ao socialismo, momento de transição para o comunismo.

O modo de produção capitalista é o último estágio de desenvolvimento da sociedade, haja visto que com o avanço tecnológico e científico, conseguimos atingir o intenso desenvolvimento das forças produtivas, o que pode reduzir o tempo de trabalho, sem a redução da riqueza, e caminhamos para universalização real dos indivíduos e da humanidade TONET (1997).

Trata-se que, o conhecimento socialmente produzido e acumulado contribuiu para o progressivo desenvolvimento das forças produtivas, onde o trabalho, enquanto gerador de valor de uso, foi subordinado ao valor de troca. Esta nova forma de organizar a produção e conseqüentemente de se estabelecer novas relações sociais, originou a sociedade capitalista, dando surgimento a duas classes fundamentais: a burguesia e a classe trabalhadora.

No capitalismo, a burguesia criou as condições necessárias para poder existir. Primeiro com o surgimento da propriedade privada e a expropriação dos/as

trabalhadores/as dos meios de produção, elemento essencial para que haja a submissão, para que os/as mesmos/as vendam a sua força de trabalho, único meio de troca, para obter um salário para atender às suas necessidades.

Segundo, porque tomou como estratégia a organização da produção coletiva para aumentar a oferta de mercadorias e permitir a apropriação cada vez mais individual com a venda destas. Assim, temos uma classe social que se apropria da natureza, dos meios de produção e expropria uma outra classe (a classe trabalhadora), para que esta se submeta a vender sua força de trabalho para que o sistema social vigente possa continuar a existir.

Se contrapondo ao modo de produção vigente, o MST vem apontando como alternativa hegemônica uma nova lógica de organização do trabalho, sustentada pelo seu programa de reforma agrária. Como bem exemplifica seu documento:

A reforma agrária tem por objetivos: garantir trabalho para todos, combinando distribuição de renda; produzir alimentação farta, barata e de qualidade à população brasileira, em especial à das cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade; garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros, em especial aos trabalhadores e prioritariamente aos mais pobres; buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual; difundir a prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero; Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais; preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, água, florestas etc., para um desenvolvimento auto-sustentável e, implementar a agroindústria e a indústria como os principais meios de desenvolvimento do interior do país (MORISSAWA, 2001, p. 168).

Como podemos observar, ao modificar a estrutura fundiária, o MST vai garantir a propriedade da terra a um grande contingente populacional que historicamente lhe foi negado. Não podemos perder de vista que, em nosso país, o modo de produção capitalista está sustentado na estrutura fundiária, produção agrícola (monocultura) voltada para o mercado externo e a subordinação cada vez

mais acentuada da mão-de-obra ao mercado.

Ademais, é relevante ressaltar que ao subordinar a propriedade da terra e a produção agropecuária às necessidades da população brasileira, o MST propõe a subordinação do valor de troca ao valor de uso, buscando romper com um dos pilares da existência do modo de produção capitalista, que é subordinar o valor de uso criado pelo trabalho ao valor de troca, pois,

O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto útil, é uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediatizar o intercâmbio entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens (LUKÁCS, 1979, p.99).

No entanto, para que o projeto político do MST se concretize é fundamental criar as condições necessárias para que o programa de reforma agrária deste Movimento seja concretizado.

Neste sentido, para que esta fração da classe subalterna constitua uma nova hegemonia, é preciso que se proponha um projeto político que atenda os interesses das demais frações de classe, sendo assim, são objetivos do MST:

Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital; Fazer com que a terra seja um bem de todos e deva estar a serviço de toda a sociedade; Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; Difundir valores humanistas e socialistas nas relações sociais; Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (MST, 1995).

Ao analisamos os objetivos gerais do MST, identificamos que, ao propor a organização de uma nova sociedade, o trabalho vai estar subordinado ao atendimento das necessidades humanas e não ao capital. As considerações seguintes, referem-se a uma proposta de transição da sociedade capitalista para o regime socialista.

Para o MST chegar na fase da hegemonia é necessário romper com a luta

política que restringe suas reivindicações apenas à categoria dos/as trabalhadores/as rurais sem terra. Daí ser relevante a aliança com as demais frações de classe, dando organicidade a um projeto social de classe para dar sustentação a um novo bloco histórico.

Para que isso ocorra, é necessário superar três momentos da consciência política coletiva e ideológica das forças sociais: o econômico-corporativo, o da consciência da solidariedade e o da hegemonia, que é quando a classe propõe ser direção, contempla outros grupos sociais em condição de subalternidade com seu projeto político (GRAMSCI, 1977 apud SIMONATO, 1999).

Ao propor a modificação da estrutura agrária e buscar a superação dos interesses corporativos, o MST vem estimulando também, a prática do trabalho associado, por compreender que sem este estímulo e a concretização desse tipo de trabalho o seu projeto político é inviabilizado.

Vale ressaltar ainda, que para chegamos ao socialismo, é primordial que os homens e mulheres detenham o controle da produção, desde sua organização até o seu consumo, pois esses são os fatores que irão garantir a formação da sociedade emancipada, fundamentada no trabalho associado. Pois, detendo o controle da produção, os seres humanos terão condições de escolher os meios e os fins a que se deseja chegar. Isso porque

o trabalho associado pode ser, inicialmente, definido como aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integralidade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição até o consumo. Por isso mesmo, dele estão ausentes tanto a sujeição dos homens à natureza, quanto a exploração e a sujeição dos homens uns aos outros (TONET, 2001, p. 75).

Quando fazemos tal observação, concordamos com TONET (2001), quando afirma que o trabalho coletivo em forma de cooperativa não é sinônimo de trabalho associado, porque este último representa o controle integral do processo produtivo e vai estar subordinado ao atendimento das necessidades humanas, visto que

o objetivo final da produção seja a satisfação das necessidades humanas e não da reprodução do capital. Não apenas sobre alguma parte do processo, mas sobre a totalidade dele. Isto significa que os fins, os meios, as formas de realização e as formas de apropriação dos produtos, tudo isto deve ser posto, livre e conscientemente, pelos próprios produtores (TONET, op cit. p. 78).

Neste sentido, o MST entende a prática da cooperação como um importante instrumento pedagógico para os/as trabalhadores/as romperem com a lógica individual de trabalho. Para isso, o MST vem estimulando várias práticas de cooperação, desde a participação no Movimento, passando pelo envolvimento nas comissões de trabalho até os/as trabalhadores/as se sentirem preparados/as para institucionalizarem uma organização associativa.

Assim, o MST, através de suas várias instâncias de organização (Coletivos de Educação, Produção, Cultura, Formação, Saúde, entre outros), cria complexos sociais para dar sustentabilidade a seu projeto hegemônico, tomando como referência o coletivo, enquanto principal espaço de aprendizado e de construção de novas relações sociais. Todavia, diante da complexidade atingida pelas várias instâncias de organização do MST e inviabilidade de estudar todas, tomaremos como objeto de análise seu projeto político de educação, sobre o qual discutiremos com maiores detalhes no capítulo que segue.

CAPÍTULO III: O MST E A EDUCAÇÃO

Para analisarmos a importância que a educação ocupa no MST é fundamental compreendemos que a mesma surge como necessidade de dar sustentação a um projeto político da classe subalterna que, mediada por uma ideologia, propõe uma nova organização do trabalho. Para que possa existir necessita, portanto, da criação de complexos sociais não econômicos que estejam articulados a sua lógica. Isto quer dizer que, no que seu processo de constituição, vão surgindo necessidades sociais que para serem atendidas vão criando mediações para garantir a sua reprodução social, todavia, mantendo uma autonomia relativa, visto que

O processo de reprodução econômica, a partir de um estágio determinado, não poderia funcionar, nem mesmo no plano econômico, se não se formassem campos de atividades não econômicos, que tornam possível, no plano do ser, o desenvolvimento desse processo (LESSA, 1997, p. 51).

Ao propor uma nova organização do trabalho, buscando como fim o socialismo, através da concretização de seu projeto de reforma agrária, o MST admitiu que isso não seria possível se o Movimento não difundisse seu projeto político. Projeto este articulado através de seus Coletivos (produção, educação, comunicação, saúde, entre outros).

O propósito do MST em construir uma nova sociedade só é possível porque teve que superar o seu estágio econômico corporativo, buscando consolidar uma nova forma de pensar e agir que pudesse sensibilizar as demais categorias sociais das classes subalternas para que estas internalizassem o projeto político do Movimento enquanto seu, pois,

a cada momento, as sociedades necessitam ordenar a práxis coletiva dentro de parâmetros compatíveis com a sua reprodução. Para tanto, é preciso uma visão de mundo que confira sentido à ação de cada indivíduo a todo momento. É pelo fato de corresponder a essa necessidade, de cumprir essa função social,

que uma ideiação se transforma em ideologia (LESSA, op cit. p. 55).

Sendo assim, compreendendo a necessidade do MST em garantir a difusão de sua concepção de mundo para a consolidação de seu projeto societário, buscaremos entender como se deu esse processo, a partir da criação de seu Coletivo Nacional do Setor de Educação. E, posteriormente, analisaremos como o MST tem contribuído para a construção de uma nova hegemonia mediatizada pelo seu projeto político de educação.

3.1- A CRIAÇÃO DO COLETIVO NACIONAL DO SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST

A preocupação com a falta de acesso à educação escolar nos acampamentos e assentamentos partiu de algumas professoras/es leigas/os e mães. Posteriormente, quando resolvido o problema do acesso à educação, a preocupação foi com as professoras/es das escolas dos assentamentos que desconsideravam a luta dos Sem Terra. Somando-se a isso, a proposta pedagógica não correspondia à realidade das/os assentadas/os.

As questões elencadas acima levaram ao descontentamento com a educação escolar oferecida pelo Estado nos assentamentos. Tal situação levou o MST a criar, no ano de 1987, o Setor de Educação em cada Estado onde o Movimento estava presente. Relatando sobre a preocupação do MST com a educação, afirma Rubneuz, a Coordenadora do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST/PE.

Bom, isso vem dentro da concepção do Movimento em relação à educação. Quando surge o Movimento na década de 70, quando ele se consolida em 1984 e com as primeiras conquistas das escolas nas áreas de assentamentos, havia uma necessidade de dar respostas para as crianças que iam para luta, porque o Movimento defendia que a ocupação da terra era feita pela família. (...) Começou a ter um olhar especial para elas, então, o que fazer com as crianças dos acampamentos. Aí, se fazia um

trabalho voluntário de educação com essas crianças, e com as primeiras conquistas das escolas houve uma necessidade de se pensar uma educação específica para o MST, ou com aquela perspectiva ou para aquela concepção de sociedade que o Movimento sonhava. Então, a educação que estava aí não servia, portanto, se pensava uma educação diferente. E a partir daí a educação do MST passa a ter um valor central dentro da luta, dentro da perspectiva que você precisava avançar a luta e você necessitava da educação como parte deste impulsionar a luta. Claro que foram muitos anos para poder se consolidar a educação no MST. Muita luta também, pelas pessoas que estavam tocando a educação. Até o Setor de Educação dentro do MST tem esse papel central, dentro do Movimento Sem Terra, e hoje é um dos mais atuantes, mais importantes dentro do MST, apesar dos outros setores serem importantes, a educação, ela é vista de uma forma especial.

Na sua gênese, a principal atividade do Setor de Educação era fortalecer a luta por escolas e organizar as/os educadoras/es para discutir a elaboração da proposta pedagógica, além de responsabilizar-se por criar o Setor de Educação nos Estados. Tinha como principal atividade neste período, fortalecer a luta por escolas de 1ª a 4ª séries e organizar educadoras/es para discutir a construção de uma escola que respeitasse as peculiaridades do meio rural.

A experiência obtida com a educação levou algumas/ns professoras/es e militantes do MST, que já desenvolviam trabalhos na área de educação, a organizarem um encontro em 1987, no Espírito Santo, onde se tomou como pontos centrais de discussão: O que queremos com as escolas dos assentamentos? E Como fazer a escola que queremos? (CALDART, 1997b).

O resultado desse encontro foi a publicação de dois cadernos de formação, em 1991, que tiveram como títulos os temas do encontro. No caderno de formação, "Como Fazer a Escola Que Queremos", foram apontados alguns elementos para o planejamento escolar, enquanto que, no caderno "O Que Queremos Com as Escolas dos Assentamentos", o MST apresentou os seus seguintes objetivos em relação às escolas: ensinar a ler e escrever; esclarecer sobre a realidade vivida pela população, indicando o caminho para a transformação da sociedade; aprender a fazer a partir da prática; construir novos valores; preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual; deixar as/os assentadas/os informadas/os

sobre a realidade local, relacionando-a com o global; gerar sujeitos da história e; preocupar-se com o bem estar da pessoa humana (MST,1993, p.12).

De acordo com o Caderno de Formação nº 18, p. 3:

Nesse caminhar da educação dentro do MST muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas. Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma sociedade e um novo mundo.

Como podemos observar, as escolas têm um propósito maior do que apenas ensinar a ler e escrever, porque é a partir da apreensão crítica da realidade local, articulada com as questões nacionais que os sujeitos políticos vão tomando consciência de sua tarefa no processo de construção de uma nova realidade.

Diante da contribuição oferecida pela educação, no processo de superação do conhecimento acrítico da realidade, temos também como instrumentos de aprendizagem as lutas, vivenciadas no dia – a – dia, pela garantia de condições de sobrevivência, para que aos poucos possa ir sendo gestada uma nova sociabilidade. É a partir desses aspectos que os/as assentados/as vão tomando consciência de sua força, construindo junto ao Movimento a construção de estratégias políticas e constatando criticamente que os valores dos quais compartilham não fazem parte de sua condição de classe. Assim sendo, se reconhece que:

É o momento em que o proletariado deixa de ser “classe em si” e se torna ‘classe para si’, consegue elaborar um projeto político para toda a sociedade, cujo objetivo é conquistar a hegemonia, elevando ao máximo de universalidade o ponto de vista dos grupos (CARDOSO, 1995, p. 149).

No momento que os/as assentados/as perceberem que os valores dos quais compartilham não correspondem a sua realidade, é a hora em que há uma negação da concepção de mundo da classe dominante e uma afirmação e busca pela consolidação da ideologia da classe subalterna, que vão sendo explicitadas a partir das experiências concretas vividas no cotidiano dos/as assentados/as.

Para que seus objetivos sejam atendidos, o MST luta para que suas educadoras/es sejam militantes. Desse modo, o Caderno de Formação nº 18 explicita que:

As escolas dos assentamentos do MST devem ser um lugar que:

- a) Prepare as futuras lideranças e os futuros militantes do MST, dos Sindicatos, das Associações, das Cooperativas de Produção de Bens e Serviços e de outros Movimentos populares. Todos já sabemos que A LUTA NÃO PODE PARAR. Sabemos também que os nossos filhos e filhas devem continuar a nossa luta, e com mais garra do que nós.
- b) Mostre a realidade do POVO TRABALHADOR, da roça e da cidade. Mostre o porquê de toda exploração, o sofrimento e a miséria da maioria. Mostre o porquê do enriquecimento de alguns. Mostre o caminho de como transformar a sociedade. Além de ESTUDAR tudo isso, os professores e alunos devem PARTICIPAR das lutas dos Movimentos Populares e Sindicais.
- c) Pense como deve funcionar a nova sociedade que os trabalhadores estão construindo. Compare isto com os nossos assentamentos. O NOVO já deve começar AGORA (Caderno de Formação nº 18, p. 5).

Quando isso não é possível, o Movimento busca fazer com que as/os professoras/es do Estado participem de seus cursos de capacitação e formação política, no sentido de contribuir para uma melhor elaboração e aplicação de seu conteúdo pedagógico.

A preocupação na formação de suas/eus educadoras/es é relevante porque uma educação para ser emancipadora necessita atender alguns requisitos: que a/o educadora/or tenha domínio amplo e aprofundado a respeito do fim que se quer atingir; que a apropriação do conhecimento leve em consideração o processo histórico real em suas dimensões universais e particulares; que a apreensão e difusão do conhecimento em sua área específica estejam ligados a uma prática

social e, por último, que a atividade educativa reforce a luta da classe subalterna, sobretudo aquela que está ligada à esfera produtiva (TONET, 2001).

Criar um currículo flexível e fazer o acompanhamento das avaliações do processo educativo, através do Coletivo do Setor de Educação é fundamental, pois, segundo Nascimento (1996),

A proposta não é tomada como pronta e acabada, mas como um processo coletivo em permanente movimento de se fazer e refazer, na experiência particular e específica de cada acampamento, na troca e na reflexão das experiências vividas, na tomada de decisão coletiva, respeitando as condições reais das diversas situações locais (NASCIMENTO, 1996, p. 19).

Busca-se com essas práticas, também, valorizar as/os educadoras/es, assentadas/os para despertar nas/os mesmas/os a capacidade de formar e de contribuir no processo de transformação da realidade, além de fazer com que se apropriem da organização da escola e sejam incentivados a pesquisar, porque,

Para ser educadora numa escola como esta é preciso ser apaixonada pela educação, conhecedora da realidade do campo e sensível aos seus problemas; a favor da reforma agrária, lutadora do povo e amiga ou militante do MST. É preciso se desafiar a compreender a história do MST e conhecer as marcas deste Movimento, que é político e pedagógico ao mesmo tempo. Isto implica em procurar entender, a cada dia, os traços do MST que em seu movimento constrói a sua identidade: o ser Sem Terra. Isto exige: sensibilidade humana e abertura para reeducar nas relações os seus valores; disposição de participar de um processo construído coletivamente pelas educadoras inseridas, com a participação ativa dos educandos e de toda comunidade; capacidade de trabalho cooperado, de ser um coletivo educador; romper com a visão de conteúdos e de se desafiar a trabalhar saberes e a tratar pedagogicamente a luta, o trabalho, a vida como um todo (MST, op.cit. p.16, apud CASAGRANDE, 2001).

É a partir dessa direção que o MST objetiva como resultados, fazer com que a escola esteja voltada para as atividades agropecuárias, construir uma nova proposta de desenvolvimento para os assentamentos e incentivar a prática do trabalho coletivo. Para isso, o MST tem tomado como referência a pedagogia de Paulo Freire, Emília Ferreiro, Vigotski, Piaget entre outros (MST, 1995).

Vale ressaltar que, apesar de o MST buscar propiciar o acesso a uma educação escolar diferenciada, a mesma, para ser reconhecida pelo MEC, tem que seguir as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) do sistema formal nacional de educação.

A ausência e a necessidade de ter uma educação escolar voltada para as atividades agropecuárias, levaram o MST, junto com outros movimentos sociais, a criarem a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa (FUNDEP), localizada no Rio Grande do Sul.

A responsabilidade da FUNDEP é atender às demandas por uma educação escolar nas áreas rurais, através do Departamento de Educação Rural. Após a sua criação foi institucionalizado o Curso de Magistério, que está amparado pela Legislação Educacional (CALDART,1997a, p.18).

Criou-se ainda, o Curso Técnico em Administração de Cooperativa, através do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), vinculado à Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), ambas ligadas ao MST. O objetivo é: “atender às demandas de formação e escolarização dos trabalhadores e trabalhadoras dos assentamentos e acampamentos de todo o país.” (CALDART,1997a, p.19).

Posteriormente, surgiu a iniciativa de se trabalhar com educação de jovens e adultos, na primeira metade da década de 90, quando se intensifica o processo de organização e formação do Movimento, pois o mesmo necessitava dar respostas concretas à sociedade sobre a viabilidade dos assentamentos, mas os altos índices de analfabetismo impossibilitavam a sustentabilidade de seu projeto político. Esta limitação (o analfabetismo) dificultava a consolidação de formas de organização associativa formalizadas nos assentamentos, o que acarretaria em seu fracasso, haja visto que os assentamentos representam a materialização do projeto político do MST.

Na busca pela sistematização dos trabalhos de educação e de melhorar a sua qualidade, o MST organizou um Encontro Nacional, com representantes do Setor de Educação de cada Estado, onde foram trocadas experiências e

formalizada a criação de um Coletivo Nacional do Setor de Educação. Para seu melhor funcionamento foram criados os Coletivos Estaduais do Setor de Educação para dar um melhor acompanhamento.

Em 1996, dada a urgência em desenvolver um trabalho mais enfático, foram criadas as Comissões Específicas das Frentes de Trabalho, voltadas para o acompanhamento de cada nível de formação educacional.

Neste sentido, como forma de garantir a educação pública a todas/os, a bandeira de luta geral do MST é: “ajudar a garantir o direito de todos a escolarização, desde a creche até a universidade” (CALDART, 1997b, p.233).

Como reconhecimento do trabalho de educação escolar, o MST recebeu do Banco ITAU, em parceria com a UNICEF, um prêmio de “Educação e Participação” pela qualidade do ensino que é oferecida nas áreas de assentamentos e por lutar pelo direito à escola pública.¹⁷

O respaldo das experiências de educação escolar desenvolvidas pelo MST e a ausência de uma política social pública para as áreas de assentamentos levaram o Movimento a organizar o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores na Reforma Agrária, no ano de 1997, na Universidade de Brasília – DF.

O resultado desse encontro foi a elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com a perspectiva de que a mesma fosse assumida pelo governo. O que ocorreu no ano de 1998.

3.2 - O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA)

O PRONERA é uma política social pública, criada no ano de 1998. Como já se disse, é resultado do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores na Reforma Agrária, realizado pelo MST, em 1997.

O objetivo do PRONERA é promover a educação de jovens e adultos e criar cursos técnicos ligados à produção, à administração rural e à formação e escolarização de educadoras e educadores. No entanto, o escasso recurso

¹⁷ Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Caderno Especial, nº 154, dez./ 1995.

financeiro liberado pelo Estado tem limitado a universalização do acesso a educação promovida por esse Programa.

Além de não atender a todas as reivindicações contidas no Programa elaborado pelo MST, o pouco recurso liberado (3 milhões de reais) para a efetivação do PRONERA limitou a aprovação maciça dos projetos enviados em 1998 (41 projetos). No seu primeiro ano, o PRONERA só privilegiou dez projetos em todo o Brasil, dos quais foram beneficiados 7 mil assentadas/os (PRONERA, 1999).

O MST, através de seu Coletivo Nacional do Setor de Educação, que foi o principal articulador para a criação do PRONERA, passa a ter apenas o papel de formar turmas e fazer o acompanhamento dos trabalhos de educação escolar.

Para que os Estados da Federação pudessem ser beneficiados com o PRONERA foi exigida a criação dos Conselhos Estaduais, que estão sujeitos a uma Coordenação Estadual. O Conselho Estadual é constituído pelas universidades, movimentos sociais e o INCRA.

Objetivando um melhor acompanhamento do trabalho de educação na reforma agrária foram criadas também as coordenações locais, que são compostas pelas/os educadoras/es, estudantes universitárias/os- estagiárias/os e movimentos sociais.

Na avaliação do PRONERA realizada pelo INCRA, em 1999, junto às universidades, movimentos sociais, educadoras/es, alfabetizandas/os, foram registrados como fatores que contribuem para a evasão escolar: a falta de infraestrutura não oferecida pelo PRONERA, as dificuldades econômicas vivenciadas pelas/os assentadas/os, pois muitas/os delas/es têm que deixar o assentamento para trabalhar em outros locais para complementar a renda familiar, a idade avançada dos assentadas/os que freqüentam a alfabetização de jovens e adultos, o cansaço físico e problemas oftalmológicos (PRONERA, 1999, p.12).

A ausência de infra-estrutura na efetivação do PRONERA, sobretudo, a pouca importância que foi dada à realidade de suas/eas beneficiárias/os, ou seja, as assentadas/os, não fizeram com que este Programa fosse extinto, apesar do elevado índice de evasão escolar. As parcerias realizadas

entre os movimentos e as universidades têm sido ampliadas, proporcionando o aumento na demanda de projetos a serem aprovados e a formação de novos cursos, ampliando assim, as formas de acesso à educação. Só no ano de 1999, 51 projetos foram enviados. Desses, 19 foram do Nordeste, em que Pernambuco participou com a aprovação de 5 projetos.

3.3- O MST E A EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO

A criação do Setor de Educação do MST em Pernambuco surgiu em 1992. Sua formação deu-se como resultado da sistematização das experiências já existentes nos assentamentos. Coube a esse setor a responsabilidade de organizar o Coletivo Estadual como necessidade de reivindicar e garantir o acesso à educação, difundir o projeto político do Movimento, bem como de formar seus militantes.

A ampliação do Setor de Educação só ocorreu em 1996, com a aprovação do Projeto de Estruturação do Setor de Educação do MST, enviado ao INCRA no ano de 1995, que, em parceria com a UNESCO, viabilizou a realização da capacitação de educadoras/es de jovens e adultos.

Anteriormente a essa capacitação, as experiências em educação estavam centradas na alfabetização de jovens e adultos desenvolvida nos acampamentos e assentamentos que eram realizadas informalmente, e contavam com o apoio dos pais, militantes do movimento, professoras/es voluntárias/os, além de contar com a colaboração de algumas prefeituras, ONG's e sindicatos rurais que contribuíam com ajuda de custo e materiais didáticos (SOUZA, 2000).

O Projeto de Estruturação do Setor de Educação do MST teve como objetivo capacitar 33 educadoras/es. Após o primeiro ano do desenvolvimento da alfabetização de jovens e adultos, os recursos financeiros liberados pela UNESCO foram reduzidos pela metade, o que resultou na interrupção da alfabetização de jovens e adultos.

A insuficiência de recursos financeiros fez com que o MST se articulasse para conseguir outras alternativas para dar continuidade ao trabalho de educação.

Foi a partir da organização do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores na Reforma Agrária - I ENERA, realizado em 1997, em Brasília - Distrito Federal, que o MST elaborou um Programa de Educação para os assentamentos de reforma agrária como forma de pressionar o Estado para a concretização do mesmo.

Para ser beneficiado pelo PRONERA, cada estado teria que criar seu Conselho Estadual. Em 1998, foi criado o Conselho Estadual do PRONERA em Pernambuco, formado pelos movimentos sociais de luta pela terra, especificamente o MST e FETAPE, universidades e INCRA. No mesmo ano de sua criação, devido aos cortes nos gastos sociais, sobretudo desse Programa, o MST não conseguiu ser contemplado com a aprovação de seus projetos, interrompendo seu trabalho durante um ano.

A partir de 1999, o MST consegue ampliar as formas de acesso à educação, além da alfabetização de jovens e adultos. Em parceria com as universidades, organiza dois Cursos do Ensino Médio, um de Técnico em Enfermagem e o outro de Técnico Agrícola e um Curso de Pedagogia. Para envolver as crianças e pré-adolescentes no processo de luta e externar a formação política desenvolvida com os mesmos para a sociedade, o MST vem realizando, desde o ano de 1996, o Encontro dos Sem Terrinha, como parte da extensão dos trabalhos de educação. Este Encontro é realizado na semana de comemoração do Dias da Crianças e tem como objetivo servir de atividade lúdica, de contestação da situação vivida nos assentamentos e de reivindicação de políticas públicas para o Estado, no intuito de propiciar o acesso às condições sociais necessárias de vida aos assentados/as (SOUZA, 2001).

O Encontro dos Sem Terrinha tem como metodologia de trabalho estudar e debater uma determinada temática na escola e, durante a realização do citado Encontro, é apresentado o resultado das discussões, através das oficinas, apresentações culturais e passeata.

Nos sexto e sétimo Encontro dos Sem Terrinha foi proposto como tema **TERRA E VIDA**¹⁸. Para uma melhor reflexão da temática, a mesma foi dividida em

¹⁸ Ver, MST: 6º Encontro dos Sem Terrinha,

três momentos: “Terra, mãe do trabalho, do alimento e da vida”, “Nossa luta pela terra” e “Cultura pela terra”.

No primeiro momento, foi considerado que

Para o Sem Terra, o trabalho na produção de alimentos e de beleza é sempre motivo de festa. Quando conquistamos a terra nós vemos nosso país plantar o milho, a macaxeira, o feijão e a horta e vamos aprendendo que a lavoura é o cuidado amoroso pelos nossos pais que faz a terra se recuperar das feridas do latifúndio que explora e maltrata a vida terra.

Vamos apreendendo a importância de não fazer queimadas nem poluir água e a terra, e principalmente que muita vida já foi destruída e é preciso reflorestar nossos assentamentos e proteger nossos acampamentos, pois os seres precisam uns dos outros, e quando fazemos queimadas, desmatamos ou poluímos, matamos muitos seres vivos e criamos problemas no equilíbrio da natureza e é por isso que surgem muitas pragas e doenças que atacam a produção e o ser humano, por isso também se agravam as secas.

Ao reflorestarmos e florirmos nossos acampamentos e assentamentos também estamos cultivamos o embelezamento do qual temos direito como seres humanos.

É importante também lembrar que lavoura cheia de veneno é poço de doenças para a terra e as pessoas, e que aprender a cuidar do lixo também é tarefa nossa. Vamos aprender o valor do cuidado e tornar nossos acampamentos e assentamentos canteiros.

Já no segundo momento, debateu-se que

Neste grande país chamado Brasil, a terra e suas riquezas naturais são grandiosas, porém, desde a chegada dos portugueses que trouxeram para nossa terra um grande mal; a cerca; nossas riquezas ficaram nas mãos de poucos.

Ao cercar a terra, criaram-se grandes latifúndios e surgiu daí muita gente sem nada (índios, negros, imigrantes pobres) e um pouco de gente controlando tudo (o rei e seus amigos) desde então, o povo oprimido luta por sua liberdade e por reforma agrária, e o rei mudou de figura, mas continua tendo um pequeno grupo roubando os direitos de todo o povo.

Algumas lutas populares muito importantes foram os Quilombos, a luta de Canudos, e as Ligas Camponesas, entre tantas outras. Dessas lutas, do exemplo que elas deixaram; surge então, em 1979, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil, para lutar por terra, reforma agrária e justiça social. O MST está em 23 dos 25 Estados brasileiros e tem nas ocupações sua grande ferramenta de luta.

O MST está organizado em coletivos e setores de trabalho para organizar e lutar por terra, educação, saúde, crédito, assistência técnica, moradia e por uma nova cultura onde o camponês seja valorizado e respeitado.

A história do MST é a história de cada acampamento e assentamento, por isso é preciso conhecer melhor a história do lugar onde a gente vive, área, parte dele compreender o mundo e aprender a lutar por nossos direitos e a gostar mais de cada coisa que a gente conquista.

A história da luta pela terra também é a nossa história.

E, por fim no terceiro momento, foi feita a seguinte reflexão:

Os SEM TERRA cultivaram a terra, mas também cultivam a cultura da terra, ou seja, o jeito das pessoas trabalhar, viver, comemorar e deixar suas marcas no mundo.

A cultura dos SEM TERRA e a cultura da luta e da ocupação dos espaços, já nascemos resistindo embaixo da lona preta e xingando a polícia quando vem nos despejar e vamos aprendendo que tudo nessa vida é conquista, nada é dado de presente, vamos descobrindo que ser pobre não é castigo de DEUS, mas é um jogo que os ricos armaram para tirar o poder do povo que luta para ser respeitado, para poder comer, estudar, brincar, ser gente,...

Mas ser gente é ter a capacidade de criar, que os ricos deste país querem que a gente não tenha, nós temos e muito, o poder da criatividade, criamos nossas brincadeiras, nossas músicas e nossos jogos, por isso, todo SEM TERRINHA é um artista que deve ser acompanhado e formado, para se tornar um camponês artista.

Nos acampamentos e assentamentos muitos de nossos pais e mães fazem arte, são poetas, cantadores, escultores, pintores, contadores de histórias, costureiros, doceiras, dançarinos e membros dos maracatus, cirandeiros, sanfoneiros e tantas outras artes, que nós acompanhamos, estamos aprendendo mais e é preciso que a escola também se ocupe disto, de nos formar para saborearmos o gostinho da liberdade e só é livre quem cria, quanto menos você compra, mais livre você é.

Como pudemos analisar, ao dividir o Encontro em três momentos, o MST busca reforçar a importância da nova lógica de trabalho desenvolvida pelos Sem Terra, através de uma produção voltada para o atendimento das necessidades alimentares da população. Por trás está embutida uma outra forma de consumo e de lidar com a terra.

Na segunda parte do texto foi ressaltada a luta histórica dos/as trabalhadores/as pela posse da terra, ou seja,

O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica (GRAMSCI, 2001, p. 94).

E, nesta terceira parte do texto foi apontada a importância de formação de uma nova cultura, que vai estar intimamente ligada a uma nova organização do trabalho, ou seja, da produção social, da vida e da idéia de liberdade como elemento fundamental no processo de criação.

Os SEM TERRA cultivam a terra, mas também cultivam a cultura da terra, ou seja, o jeito das pessoas trabalhar, viver, comemorar e deixar suas marcas no mundo (MST, 2001).

3.4- O MST E A EDUCAÇÃO: PERSPECTIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA

A educação escolar do MST tem se destacado por ter sido colocada como inovadora, chamando a atenção de institutos de pesquisas e de várias/os pesquisadoras/es.

As pesquisas realizadas pelo INEP (1994), afirmam que a educação do MST tem contribuído para um melhor rendimento escolar, para um progressivo processo de formação de educadoras/es e tem ampliado a formação de intelectuais orgânicos.

Para BATISTA (1996), a educação do MST está voltada para os seus interesses, surgindo como garantia de um direito social e como necessidade de qualificação profissional.

Já para Knijnik (1997), a contribuição do MST refere-se ao resgate da educação popular e a um conteúdo programático voltado para as atividades

agrícolas. Mais do que isso, a educação proposta indica uma nova organização do trabalho, o que representa a articulação dialética entre estrutura e superestrutura.

Andrade (1993, 1997), diz que a educação do MST emerge como continuidade da luta através da formação das crianças, estando assim, voltada para as atividades agropecuárias dos assentamentos e como perspectiva de construção do novo, de um novo homem e de uma nova mulher. A referida autora informa, ainda, que a reivindicação de uma educação voltada para a realidade do meio rural sempre foi uma demanda das/os trabalhadoras/os.

Estudiosos como Costa (2000), compreendem a educação do MST enquanto uma proposta alternativa de política social efetivada pelo Estado, tendo como conteúdo pedagógico a visão de mundo do Movimento.

Na compreensão de Caldart (2000), a educação aparece como componente da formação humana e como construção de uma nova realidade sociocultural, além de valorizar o Movimento enquanto sujeito educativo e de reflexão.

Já Casagrande (2001), enfatiza que, no processo pedagógico em relação à cultura corporal, o MST apresenta possibilidades de superação das contradições que emergem no contexto da prática pedagógica porque tem como referência o projeto histórico socialista que orienta a pedagogia do Movimento.

Ao tomarmos como referência tais estudos, buscamos destacar que além dessas visões, por se tratar de uma educação voltada para os interesses da classe subalterna e estar articulado a uma nova organização do trabalho, o projeto político embutido em seu conteúdo tem apontado para a construção de uma nova hegemonia. Isto porque tem como propósito uma nova organização do trabalho articulada à ideologia da classe subalterna que, por sua vez, objetiva a formação de militantes.

Como afirmávamos no capítulo anterior, temos utilizado com o conceito de hegemonia na perspectiva gramscista. Este significa direção intelectual e moral, ou seja, uma nova forma de pensar e agir direcionada por uma parcela da classe subalterna, que busca fazer com que o seu projeto político reflita os interesses das demais frações de classe, no sentido de que elas neguem a ideologia da qual fazem parte (a ideologia dominante), e assumam enquanto seu este projeto, para

que uma nova hegemonia possa se constituir. No dizer de Gramsci, hegemonia

Pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não pode envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, p. 48).

Todavia, como já havíamos discutido anteriormente nesta dissertação, esta nova forma de pensar e agir não está desvinculada de um projeto de classe, no caso da classe subalterna. Se a educação não estiver vinculada a este projeto, ela não vai colaborar no processo de transformação social. Tendo em vista que uma nova organização do trabalho, para existir, necessita criar seus complexos sociais para garantir sua reprodução.

No caso da educação, ela vai ser mediadora da concretização de um projeto de classe, neste caso, da classe subalterna. Esta educação vai estar articulada a determinado fim, que é difundir a ideologia da classe que almeja chegar ao poder, para que, a partir disso, possam se manter coesas as demais frações de classe em torno de seu projeto político, para que seja constituído um novo bloco histórico.

Neste sentido, concordamos com Ivo Tonet (2001) quando refere-se à atividade educativa emancipadora

A atividade educativa é uma atividade mediadora entre o indivíduo e a sociedade. Por isso mesmo, seu caráter depende da articulação que ela tiver com determinados fins socialmente estabelecidos. São eles que qualificam, em última instância, todos os meios que serão utilizados. Contudo, já vimos que os fins não são uma construção puramente subjetiva, mas o resultado de um processo subjetivo-objetivo (TONET, 2001, p. 133).

3.4.1- O MST E A EDUCAÇÃO: PROPOSIÇÃO DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Como havíamos afirmado no capítulo anterior, a construção de uma nova hegemonia está ligada a uma nova organização do trabalho. Entretanto, algumas questões têm sido levantadas, porque o MST tem permitido a propriedade individual, já que defende o socialismo e este regime está centrado na propriedade coletiva.

As experiências de socialismo na Rússia e no Leste Europeu demonstraram que não basta apenas coletivizar os meios de produção, mas é necessário que os/as trabalhadores/as detenham o controle desde a produção até o consumo, tendo a liberdade de escolher os meios e os fins que desejam atingir. Neste sentido, o MST tem colocado como elemento central de formação, o coletivo.

Desde a organização da luta pela terra, passando pela organização e formação de seus coletivos (nacional dos setores temáticos de produção, educação, comunicação, cultura, saúde, entre outros), até a necessidade de formalização de práticas associativas de trabalho.

Apesar de ser um processo que está em construção, porém não em todos os assentamentos, considerando-se as relações assistencialistas e paternalistas, alimentadas desde a formação do Brasil até os dias atuais. Cabe ao MST, a partir da luta e de experiências concretas de vida, mostrar aos trabalhadores,

constante e incansavelmente, que, enquanto o capitalismo dominar, sua situação continuará a ser absolutamente desesperadora; convencê-los da absoluta impossibilidade de conservar sua propriedade parcelar, como tal: infundir-lhes a certeza absoluta de que a produção capitalista passará por cima de sua antiquada e impotente pequena exploração, da mesma forma que um trem passa por cima de um carro de mão. Se assim agirmos, estaremos trabalhando no sentido da evolução econômica - inevitável - e esta se encarregará de fazer com que os pequenos camponeses prestem ouvidos a nossas palavras (ENGELS, 1975, p. 149).

Reafirma-se a importância da luta e do MST enquanto instrumento educativo, porque toda relação hegemônica envolve uma pedagogia, sendo assim, é relevante que este Movimento oriente, tal com afirma Engels,

sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo - não pela força e sim pelo exemplo e oferecendo-lhes ajuda social para esse fim (ENGELS, op cit. p. 147).

E o trabalho surge como elemento central de uma nova forma de pensar e agir, ou seja, de uma práxis transformadora. Porém, mesmo o trabalho ocupando lugar central no processo de construção de novas relações sociais, outras esferas vão tomando lugar relevante na formação dos/as trabalhadores/as.

É no processo de participação no Movimento, na elaboração das estratégias de luta, nas organizações das comissões nos assentamentos, das marchas, ocupações, realizações das místicas, o trabalho coletivo que, conseqüentemente, sua importância vai estar sempre colocada em evidência, para que seja despertado nos/as trabalhadores/as o hábito do trabalho coletivo, reforçando práticas de solidariedade que historicamente foram erradicadas na medida em que as relações de produção capitalistas foram se consolidando.

Neste sentido, Rubneuzza compreende que

O associativismo e o cooperativismo estão ligados à formação humana e também à idéia de que no coletivo você consegue pensar com mais pessoas, então, você vai criando uma nova cultura no sujeito, da cooperação. (...) E a cooperação no MST, que também a gente incentiva nas escolas para poder ir trabalhando isso como hábito de vida, ou como hábito dentro de sua formação. Ela vem nesse sentido, de que coletivamente você vai conseguindo trabalhar as relações do trabalho, as relações humanas e o trabalho. E, ele é importante dentro dessa idéia, de você ter um grupo, que pensa junto, um grupo que toma decisão junto, um grupo que planeja junto, com responsabilidades individuais, mas, que o coletivo é importante na formação do sujeito. (...) A gente costuma dizer que o coletivo é a nossa escola, no coletivo é que a gente é capaz de nos avaliar, é no coletivo que é capaz de poder estar apontando nossos erros, mas juntos, também buscamos os acertos e... Uma colega minha disse que o coletivo tem essa capacidade de nos desnudar. E, é

nesse desnudar que a gente vê onde é que estamos errando e buscamos os acertos (Rubneuzá, Coordenadora do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST/PE).

É importante destacar ainda, que nesse processo de formação humana é fundamental que sejam garantidas as condições mínimas de existência. Lutar pelo acesso à terra e pela garantia de uma infra-estrutura social é apenas o início de uma luta conjunta que visa a consolidação de um projeto maior, que é o socialismo.

Para o atendimento das necessidades, o ser humano através do trabalho transforma a natureza. Entretanto, para que esse processo se realize, faz-se necessário que os meios de produção estejam disponíveis. Caso contrário, ou seja, caso não se tenha acesso aos meios de produção, os/as trabalhadores/as terão que vender sua força de trabalho em troca de um salário, para adquirir no mercado bens e serviços para o atendimento de suas necessidades.

Ao propor a reforma agrária, os/as dirigentes do MST têm como finalidade romper com a estrutura fundiária, um dos fundamentos do capitalismo. Desse modo, “as finalidades são, sempre, socialmente construídas” (LESSA, 1997, p. 34). Assim sendo, consolidado esse projeto de reforma agrária, passa a se gestar uma nova organização do trabalho que, ao invés de buscar atender os interesses do capital, passa a voltar-se para a produção agropecuária vinculada ao atendimento das necessidades humanas e não às exigências do mercado.

O MST luta pelo acesso à terra, para que os/as trabalhadores/as tenham acesso aos meios de produção, pois se apropriando desses meios, ao invés de produzir o que é imposto pelos/as proprietários/as, os/as trabalhadores/as vão cultivar o que é necessário para atender às suas necessidades. Neste sentido, os objetivos idealizados pela consciência só se concretizam a partir da realização do trabalho, para isso

São necessárias a seleção e a busca dos meios materiais mais adequados entre os meios disponíveis. A relação entre fim e meio que aqui se estabelece faz com que, em cada ato tomado isoladamente, haja um claro predomínio dos fins sobre os meios.

É a finalidade que orienta a busca e a seleção dos meios (LESSA, op cit. p. 35).

Entretanto, para que haja uma escolha dos meios que se desejam utilizar para atingir uma determinada finalidade é relevante que a natureza, ou seja, os meios de produção estejam disponíveis. No caso do MST, há uma luta pela reforma agrária, para que seus/uas militantes tenham acesso à propriedade da terra e às condições necessárias para sobreviver. Assim, posteriormente, em condições de existir, as/os assentadas/os serão capazes de fazer uma escolha consciente sobre a forma de produzir e de se organizar.

Ganha importância também, nessa nova organização produtiva proposta pelo MST, o estímulo à prática do trabalho associado e a reivindicação pelo acesso ao conhecimento através da educação escolar pois, para que uma nova hegemonia seja consolidada, faz-se necessário que o conhecimento produzido esteja voltado para o atendimento das necessidades da classe que almeja chegar ao poder. O Caderno de Formação nº 18, assim enfatiza a articulação entre o trabalho e a escola:

TODOS AO TRABALHO

A Escola é um lugar de ESTUDO. A Escola também é um lugar de TRABALHO. Além das aulas, as crianças devem ter um trabalho. É trabalhando que se aprende a trabalhar. É trabalhando que se pega amor e gosto pelo trabalho.

Este trabalho pode começar com a limpeza e a arrumação da sala de aula. As crianças podem ajudar na preparação da merenda que é feita na Escola ou na partilha da merenda que é trazida de casa. Podem cuidar do jardim e até arrumar alguns objetos que estejam estragados. A criança precisa aprender de tudo.

Aos poucos as crianças podem assumir outros trabalhos. Podem organizar a farmácia da Escola, organizar a Biblioteca. Podem ajudar na secretaria. Podem organizar jogos, festas, campanhas. Podem até fazer um jornalzinho com as notícias da Escola e do Assentamento.

Mas isto não chega. As crianças devem também ter um trabalho ligado à terra. Pode ser uma horta. Pode ser um pomar. Pode ser uma pequena lavoura. Pode ser a criação de pequenos animais. Pode ser tudo junto.

As crianças, além de aprender fazendo, vão aprender a importância social do trabalho que realizam. A importância do trabalho na Escola e a importância do trabalho em casa ou na

Associação. A importância do trabalho na COOPERATIVA DE PRODUÇÃO. O estudo deve refletir sobre o trabalho. Sobre como tudo está sendo feito. Sobre o resultado do trabalho. Sobre sua importância. Assim, o trabalho e o estudo ficam ligados um no outro (Cadernos de Formação, nº 18, p.12-13).

É fundamental garantir o acesso ao conhecimento formal e político para que as/os assentadas/os aprendam como lidar com a gestão, desde o processo de produção até o seu consumo. A partir das necessidades encontradas pelo MST, estimulou-se a criação de cursos voltados para atividades agropecuárias e demais áreas profissionais, para que esses atendessem às reivindicações das/os assentadas/os. Como já afirmamos, foram criados Cursos de Técnico Agrícola, Administração de Cooperativas, Administração de Assentamentos, Especialização em Administração de Cooperativas, Enfermagem e Comunicação, além dos cursos de Magistério e Pedagogia.

Ademais, no ano de 2000, o MST contava com 1.500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas da 1ª à 4ª série, com aproximadamente 3.500 professoras/es pagas/os pelos municípios. Buscam nessas escolas o desenvolvimento de uma pedagogia específica para as escolas rurais. Ademais, o Movimento vem formando em torno de 25 mil jovens e adultos dos assentamentos que estão sendo alfabetizados/as (MORISSAWA, 2001, p. 247).

O acesso ao conhecimento formal, articulado à formação política das/os assentadas/os, tem contribuído para que se difunda o projeto político do MST, possibilitando aos assentamentos de reforma agrária se constituírem enquanto resultados concretos da proposta de uma nova sociedade que está se gestando. Nesse processo, são desmistificadas as contradições existentes entre nossas ações e o projeto histórico da classe subalterna.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas na luta política, em nível nacional, o MST organiza em torno de 500.000 trabalhadores/as, localizados/as em assentamentos e acampamentos (LOPES, 2001). Atua em 23 Estados do país e atende a 400 associações de produção, de comercialização e serviços, bem

como a 49 cooperativas de produção agropecuária, 32 cooperativas de crédito e 96 pequenas e médias agroindústrias (MORISSAWA, 2001).

O número de pessoas trabalhando em organizações associativas é considerável, tendo em vista que culturalmente os/as trabalhadores/as estão acostumados ao trabalho individual. O MST vem estimulando este tipo de prática, desde as primeiras reuniões para ocupação, até a fase de assentamento, para que se possa dar continuidade ao seu projeto político, onde no próprio Movimento são gestadas novas relações sociais, pois, no entender de Caldart (2000),

Esta intencionalidade não está primeiro no campo da educação, mas sim, no próprio caráter do MST, produzido em sua trajetória histórica de participação na luta de classes em nosso país. É através de seus objetivos, princípios, valores e jeito de ser, que o Movimento intencionaliza suas práticas educativas, ao mesmo tempo que, aos poucos, também começa a refletir sobre elas, à medida que se dá conta de sua tarefa histórica: além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos ou, pelo menos ajudar a resgatar a humanidade em quem já imaginava quase perdida (CALDART, 2000, p. 199).

Ao vislumbrar a formação da pessoa humana, articulando-a com uma nova organização do trabalho, o MST acredita que isto não será possível se não houver a superação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. É essa divisão que estrutura o processo de desigualdade entre aqueles que pensam e aqueles que executam. Subjugar essa separação significa devolver a capacidade de planejamento, escolha dos meios e execução do trabalho, fazendo com que se atenda a necessidade de quem o desenvolve e, não simplesmente daquele que apenas planeja o que foi solicitado pelos/as proprietários/as dos meios de produção.

O MST acredita que sem a valorização tanto do trabalho manual quanto do trabalho intelectual não é possível construir novas relações sociais.

O MST quer recuperar o valor do trabalho manual. Esse trabalho que o capitalismo nega enquanto valor que diz que é inferior, e diz que marginaliza e assim por diante. A gente quer recuperar e a

gente quer mostrar que é a partir dele que a gente consegue construir novas relações e que a gente quer construir de fato mudança de comportamento. Você passa o dia inteiro falando em conteúdo, vai para prática ao invés de você ficar falando o tempo inteiro, mostra, aí você bota tantas quantias de adubo, você bota tanta quantia de folha seca, tanta quantia de esterco, tanta quantia disso para fazer o adubo orgânico, você mostra aquilo, debate sobre aquilo, agora vamos escrever. Quando a gente vai escrever tem outro sentido, porque tu pegaste, porque tu sentiste o cheiro, porque tu sentiste como as coisas funcionam. Ah, porque onde eu moro tem, porque onde eu moro não tem, porque onde eu moro é seco, é úmido, chove demais. Então, todas essas coisas vão fazendo com que de fato as pessoas aprendam (Ana Cláudia, Coordenadora do Coletivo Estadual do Setor de Comunicação e Cultura do MST/PE).

Mais adiante, continua Ana Cláudia¹⁹,

Se tu quiseres construir uma humanidade diferente, primeiro tu tens que dar valor ao trabalho manual, porque é nele que as pessoas se reconhecem. Segundo, tem que dar valor ao trabalho coletivo, porque é dele que as pessoas se encontram, que elas não ficam alimentando as suas qualidades como se ela fosse maior do que todo mundo, nem escondendo os seus defeitos, o coletivo vai se ajustando. Então, as pessoas vão descobrindo, isso pode, isso não pode, se eu fizer isso assim eu vou ser avaliado, eu não quero ser avaliado porque é chato ser chamado a atenção. E aí a gente vai criando alguns instrumentos (Ana Cláudia, Coordenadora do Coletivo Estadual do Setor de Comunicação e Cultura do MST/PE).

A divisão do trabalho por qualificação tem um caráter de classe, haja visto que o conhecimento da técnica e seu acesso foram destinados à classe dominante e a execução da atividade, à classe subalterna. Mesmo que algumas frações dessa classe tenham acesso ao conhecimento, no Brasil, assim como no mundo, são poucas as pessoas que têm acesso ao conhecimento da técnica, que está centrado na universidade nos institutos de pesquisa e nas empresas privadas, controladas pelo capital monopolista. Buscar a superação desta divisão significa permitir às pessoas seu desenvolvimento integral, haja visto que todos os seres humanos são intelectuais.

¹⁹ Ana Cláudia participou do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST/PE até dezembro do ano de 2002.

A função de intelectual é constituída pelas classes dominantes a partir de suas necessidades, envolvendo a elaboração e a difusão da ideologia dessa classe. Cada grupo social que almeja ser direção necessita criar seus próprios intelectuais, pois os mesmos são responsáveis pela formação de uma concepção de mundo que aglutine as demais frações de classe, sobretudo, dos intelectuais tradicionais para que um novo bloco histórico passe a se constituir, visto que

Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais, (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; forma-se em conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é a sua luta pela assimilação e pela conquista 'ideológica' dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2000, p. 18-19).

Ao distinguir entre o trabalho manual e intelectual na sociedade capitalista leva-se em consideração se no trabalho predomina mais a atividade manual ou intelectual, porque, como já foi citado no parágrafo acima, todos os homens são intelectuais, não existe um trabalho que seja apenas manual, ou totalmente intelectual. Toda pessoa independente da atividade que desempenha desenvolve um trabalho intelectual, porque no processo da ação exige-se a capacidade de pensar, ou seja, idealizar todo o processo a ser executado previamente, antes mesmo de executá-lo.

Quando se distingue entre intelectuais e não - intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria profissional de intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre qual incide peso maior da atividade profissional específica, na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais é

impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade especificamente intelectual. Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2000, p. 52-53)

Ao propor a construção de uma nova sociedade é necessário que a classe que almeja chegar ao poder entenda que a concepção de mundo da qual ela faz parte não reflete os seus interesses e para que isso seja possível é relevante que ela tenha o conhecimento da realidade, obtido, sobretudo, a partir da luta política e na apropriação do conhecimento a partir da escola.

A partir da possibilidade de compartilhar no Coletivo situações concretas de conflitos de interesses de classe observados na escola, surge a necessidade de pensar a educação oferecida nesse espaço, para que este refletisse a continuidade da luta do MST, contribuindo para a desmistificação da realidade e para a formação de uma nova hegemonia.

Para melhor ilustramos a preocupação do MST, relata Ana Cláudia

A inquietação começou quando, depois de passado o momento de luta, a criança vinha para sala de aula, vinha uma professora da escola muito bem intencionada, vinha do município negociada com o pessoal do acampamento, do assentamento e aí nas melhores intenções a professora dizia: estudem meninos, estudem para vocês serem alguém na vida, estudem para vocês irem para cidade e não terem que roubar terra como fizeram os pais de vocês para poder sobreviver. Então, há um questionamento das verdades vividas e das verdades trazidas por essas professoras que não tinham nenhuma convivência, que não conheciam nada da vida daquelas crianças. (...) a criança vive que é riquíssimo de significações de aprendizado, ela apreende o todo no sentido de convivência social, de relação com a terra, de relação com a propriedade, de relação com a autoridade. (...) Pela própria consciência de classe que ele vai formando, ele vai identificando a quem eu devo autoridade, a quem eu devo

respeito, de quem é que eu me aproximo, de quem é que eu me afasto. Então, toda essas coisas que a criança vivencia junto com seus pais no processo de ocupação e de lutas quando chegava nas escolas em nossos primeiros assentamentos, era desmontado. E aí a criança entrava em parafusos e levava para casa o parafuso. Oh, mãe a gente roubou a terra, vocês roubaram a terra, como é essa história? E aí, os pais começam a se preocupar e questionar o papel da escola, o que eles querem com a escola? E nas áreas onde a gente tem um nível de consciência mais elevado, as famílias intervêm diretamente na escolha das professoras. (Ana Cláudia, Coordenadora do Coletivo Estadual de Comunicação e Cultura do MST/PE).

Tão importante quanto a luta pelo acesso à educação é a reivindicação para que as/os educadoras/es sejam militantes do Movimento. Porque é fundamental que estas/es entendam os objetivos do MST com a educação e quais os instrumentos necessários para que as/os mesmas/os possam ser atingidos. E a partir daí

quando se muda a mente e o jeito de pensar, aí também muda o jeito de agir nas ações na prática educativa. Muda os discursos, muda a metodologia do ensino, quando na verdade se incorpora e assume, veste a camisa. Quando eles vestem a camisa e dizem que querem assumir a proposta de educação do MST (Sueli, Coordenadora do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST/PE).

Esta é a razão pela qual a educação tem sido colocada como prioridade pelo MST, pois, para participar de uma nova concepção de mundo e difundi-la é necessário conhecer, e isto não é possível se temos altos índices de analfabetismo, sobretudo, nos assentamentos de reforma agrária. Então, a educação serve para

construir nossa própria história, construir nossa identidade, para a gente se descobrir, para a gente construir nosso próprio sonho, nosso próprio mundo. Então, as coisas estão sempre muito dadas. Ah, sempre foi assim. A gente escuta isso direto. E na verdade o que tem por trás disso é a deseducação, a negação da educação, enquanto tu dá para o outro a real possibilidade de se educar tu estás dando um monte de ferramentas. Olha, isso serve para isso, isso serve para aquilo, essas outras tu vais descobrindo aos poucos, com essa aí tu vais descobrindo um monte de coisa, para mim a educação é isso, uma caixa de ferramentas (Ana

Claúdia, Coordenadora do Coletivo Estadual do Setor de Comunicação e Cultura do MST/PE).

Nesta mesma direção, afirma Luci

A educação vai ajudar porque vai estar formando as consciências, porque está se politizando, então, eles estão cada dia mais sabendo aonde vão, vendo seus horizontes mais claros, daí vai haver a transformação da sociedade. Porque cada vez que o companheiro, não só aprende a ler e escrever mas a ter a consciência crítica do que é mais justo, ele vai interferir na sociedade e ter a capacidade de criticar e saber o que é melhor para ele (Luci, Coordenadora do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST/PE).

A partir do exposto ao longo deste capítulo, podemos observar como se dá concretamente a construção do projeto político de educação do MST na direção de uma nova hegemonia.

Este projeto político, portanto, conforme explicitado nas falas e nos documentos apresentados, baseia-se na *legitimidade da luta enquanto arma dos pobres*. Arma esta que pressupõe a reforma agrária, a conquista da terra.

Em seu discurso, o MST reafirma não querer esmolas, paliativos, mas, sobretudo, direitos e dignidade.

Por fim, de acordo com o Manifesto dos Sem Terra ao Povo Brasileiro de 1996 (na Semana da pátria), o MST ressalta que:

Queremos um Brasil melhor. Um Brasil para todos. Com o atendimento das necessidades básicas do povo, com a democratização da terra, da riqueza e do poder. Onde haja esperança, futuro para nossa gente e orgulho de construir uma nação para os brasileiros. Trabalhadores, intelectuais, pequenos empresários, aposentados, donas-de-casa e estudantes, todos, precisamos nos unir para construir um novo projeto para o Brasil. UM PROJETO PARA O POVO BRASILEIRO. Reforma Agrária – uma luta de todos!

CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo buscamos responder como o projeto político de educação do MST tem contribuído para a construção de uma nova hegemonia. A questão foi suscitada a partir da relevância que o MST tem dado à educação e por compreendemos que o projeto político de educação desse Movimento vai além das abordagens que têm sido feitas a seu respeito.

O diferencial é que a educação proposta pelo MST está articulada a uma nova organização do trabalho e a um projeto de classe, no caso, da classe subalterna, haja visto que a educação por si só não transforma a sociedade.

Ao analisarmos o projeto político de educação do MST, tomamos como referência o conceito de hegemonia em Gramsci, enquanto direção intelectual e moral, ou seja, uma nova forma de pensar e agir, por compreendemos que esta categoria de análise é a que mais se aproxima de nosso objeto de estudo.

A partir da análise de documentos e da fala das coordenadoras do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST em Pernambuco, elaboramos as seguintes considerações:

O MST percebeu que lutar pela reforma agrária e subordinar a produção agrícola às necessidades da sociedade brasileira não eram suficientes para concretizar seu projeto político, que é consolidar uma nova organização do trabalho. Sendo assim, este Movimento passa a reivindicar também pela educação.

Tomando como referência a pedagogia de Paulo Freire, Emília Ferreiro, Vigotski, entre outros/as, o MST objetiva articular estas propostas pedagógicas a seu projeto político, buscando consolidar além da escola, a prática associativa de trabalho.

Ademais, somando-se à idéia do trabalho cooperado, vem ampliando o número de cursos voltados a organização da produção agropecuária e consumos, para que as/os assentadas/os tenham controle do processo produtivo.

Além disso, o MST se preocupa ainda com a separação do trabalho manual e intelectual por entender que, sem sua superação, fica inviável a consolidação de uma sociedade emancipada.

Vale ressaltar ainda, que a educação tem papel fundamental na formação de suas/eus militantes, nas/os organizadoras/es da classe subalterna, responsáveis pela difusão de seu projeto político.

Foi a partir da difusão de seu projeto político e da articulação com os demais movimentos da classe subalterna e, através dos meios de comunicação, que o MST conseguiu mostrar que suas reivindicações correspondem aos interesses das demais frações de classe, fato relevante para a construção de uma nova hegemonia.

Somando-se aos aspectos citados nos parágrafos acima, o MST ainda vem construindo alianças com os movimentos camponeses do mundo, através da Via Campesina, por entender que a luta política contra o capitalismo não é localizada, mas tem que se dar em nível internacional.

As principais bandeiras de luta da Via Campesina são lutar contra o monopólio das sementes por parte das multinacionais e a reivindicação do controle da produção até o seu consumo.

Em relação à importância que o MST tem dado ao controle da produção pelas/os trabalhadoras/es nesse processo, além de a educação ser relevante, tem estimulado a prática de organização de trabalho associativo, desde o informal ao formal, do mais simples ao mais complexo. Essas ações iniciam-se desde o processo de luta nos acampamentos, nos embates políticos, até a consolidação dos assentamentos e, nesse processo educativo, o coletivo, o estar presente no Movimento passam a ser as principais referências do trabalho associativo.

Faz-se necessário reconhecer que na construção de uma nova hegemonia, a classe que almeja chegar ao poder, ou seja, a classe subalterna, necessita ser direção antes mesmo de tomar o poder do Estado, e este processo tem se constituído, até mesmo a partir do exemplo concreto dos assentamentos de reforma agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o homem no Nordeste*. 6ª edição, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. O MST e a educação: a perspectiva da construção de um novo homem e de continuidade do movimento. In: STÉDILE, João Pedro (Org.), *A Reforma Agrária e a luta do MST*. 2ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. *O destino incerto da educação entre os assentados rurais do Estado de São Paulo*. Dissertação em Educação: UNICAMP. Campinas, 1993.
- ARAÚJO, Maria Lia Correia de. *Na margem do Lago: Um estudo sobre o sindicalismo rural*, Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Os movimentos sociais e as lutas por educação. In: CALADO, Alder (org.) *Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste*. João Pessoa: Idéia, 1996.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. Traços da Caminhada da CPT no Nordeste. In: CALADO, Alder (org.) *et al. Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste*, João Pessoa: Idéia, 1996
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Educação em movimento: Formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997a.
- _____ e KOLLING, Edgar Jorge. O MST e a Educação. In: STÉDILE, João Pedro (org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. 2ª edição, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997b.
- CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, Maranhão: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995.
- CASAGRANDE, Nair. *O Processo de Trabalho Pedagógico no MST: contradições e superações no campo da cultura corporal*. Dissertação em Serviço Social. Recife: UFPE, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- COSTA, Sidnei Alves. Política Social de Educação: uma alternativa do MST? In: *Minas Gerais/Caxambu:ANPED*, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: *um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- EVANGELISTA, João Emanuel. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 25ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- GELSA, Knijnik. A contribuição do MST para educação popular: o novo na luta pela terra. In: STÉDILE, João Pedro (Org.), *A Reforma Agrária e a luta do MST*. 2ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1.. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2ª edição. Rio de Janeiro: GRAAI, 1980.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Fase/Vozes, 1987.
- GUIMARAES, Juarez. Os Sem Terra e a Democracia. *Jornal Em Tempo* (Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT), nº 311/12, novembro/dezembro, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action: "Reason and the Rationalization of Society"*, Vol. I, Polity Press, Londres, 1991.
- INEP. *A educação no movimento dos trabalhadores sem terra - Bagé e Sarandi (1994)*. série Inovações Educacionais – 2.
- JESUS, Antonio Tavares. *Educação e hegemonia*. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora da

Universidade de Campinas, 1989.

JUNIOR, Osvaldo Aly. *Jornal Em Tempo* (Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT), nº 306, Maio, 1999.

LENIN. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 6ª edição. In: Coleção Bases n.º 35. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1989.

LESSA, Sergio. *A Ontologia de Lukács*. 2ª edição. Maceió, EDUFAL, 1997.

_____. *Trabalho e Ser Social*. Maceió, EDUFAL, 1997.

LOPES, João Marcos de Almeida. "O Dorso da Cidade": os sem terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para Viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCENA, Maria de Fátima Gomes de. *Mulheres da Terra um estudo sobre saúde e gênero na área rural de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo/Campinas: UNICAMP, IFCH, 2002.

LUKACS, Gyorgy. *Ontologia do Ser Social os princípios lógicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. *A Ontologia em Marx questões metodológicas preliminares*. In: NETTO, Jose Paulo (org.), LUKACS. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. 2ª edição, São Paulo: Atica, 1992.

MARTINS, José de Souza. *A questão Agrária Brasileira e o Papel do MST*. In STÈDILE (org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. 2ª edição, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Reforma agrária ameaça a base do latifúndio*. In: *Jornal do MST*, ano 15, nº 160, jul/1996.

MARX, Karl. & ENGELS, Frederich. *A ideologia alemã*. 10ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *A Guerra Civil na França*. In: MARX, Karl & ENGELS, Frederich: *Textos*. Vol. 1. São Paulo: Edições Sociais, 1975. p. 155-219.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São

Paulo: Editora da UNICAMP/Boitempo editorial, 2002.

MOREIRA, Roberto José. *Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: MAUAD; Seropédica, UFRRJ, 1999.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001.

NASCIMENTO, Severina Ilsa. Educação e Movimentos Sociais Rurais no Brasil, especificamente na Paraíba. In: CALADO, Alder Júlio Ferreira.(org.) et al. *Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste*. João Pessoa: Idéia, 1996.

NETO, Luiz Bezerra. *Sem- Terra aprende e ensina: Estudo sobre as Práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

PANDOLFI, Maria Lia. *Movimentos de Trabalhadores Rurais no Nordeste*. In *Cadernos de Estudos Sociais*, vol.3, nº 2, Julho/ dezembro, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987.

PETRAS, James. As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina. In: *Lutas Sociais*, 2, São Paulo: PUC, 1997.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

SALVADORI, Massimo L. A Social-Democracia Alemã e a Revolução Russa de 1905: o debate sobre a greve de massa e sobre as “diferenças” entre Oriente e Ocidente. In: *HOBBSAWM, E. J. (org.). História do marxismo III: o marxismo na época da Segunda internacional (Segunda parte)*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SERGIO, Antonio. *Breve Interpretações da história de Portugal*. Lisboa: Livraria Sáda Costa, s/d.

SCHERRER, Jutta. Bogdánov e Lênin: o bolchevismo na encruzilhada. In: *HOBBSAWM, E. J. (org.). História do marxismo III: o marxismo na época da Segunda internacional (Segunda parte)*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SIMIONATO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 2ª edição. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, Rubneza Leandro de. *Revolvendo o Bagaço com a Pedagogia do Movimento: formação das professoras da reforma agrária nas áreas canavieiras da Mata Sul de Pernambuco*. Monografia em Pedagogia. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2001.

- SOUZA, Simone Maria de. A Experiência de Alfabetização de Jovens e Adultos do MST em Pernambuco. Monografia em Ciências Sociais. Recife:UFRPE, 2000.
- STACCONE, Giuseppe. *Gramsci: bloco histórico e hegemonia*. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiros, 1987.
- STÉDILE, João Pedro & Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Vol II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- STRADA, V. A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905. In: *HOBBSAWM, E. J. (org.). História do marxismo III: o marxismo na época da Segunda internacional (Segunda parte)*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2001.
- _____. *Democracia ou Liberdade?* Maceió: EDUFAL, 1997.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

MST. *Como fazer a escola que queremos: o planejamento*. Caderno n.º 6. Coletivo Nacional de Educação: Porto Alegre, 1995.

MST. *O que queremos com as escolas dos assentamentos*. Caderno de Formação n.º 18. 2ª edição. São Paulo:Secretaria Nacional do Setor de Educação, 1993.

MST. *Normas Gerais*. São Paulo: Gráfica Editora Júlio Chevalier, 1989.

INCRA/MEPF. *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): Manual de operações*. Brasília:INCRA, 1998.

INCRA/MEPF. *A Escola do Campo – PRONERA (Relatório de Atividades 1998-1999)*, Brasília:INCRA, 2000 .

MST. *6º Encontro dos Sem Terrinha*. Recife, 2001.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1- Nome
- 1.2- Idade
- 1.3- Grau de escolaridade
- 1.4- Onde nasceu?

2. INSERÇÃO NO MST

- 2.1- Quando começou a participar do Movimento? Por quê?
- 2.2- Quando começou a participar do Coletivo Estadual do Setor de Educação? Por quê?
- 2.3- Qual a importância do Coletivo Estadual do Setor de Educação em relação à construção de uma nova sociedade proposta pelo Movimento?

3. SOBRE A EDUCAÇÃO

3.1- Fundamentação

- 3.1.1- O que você entende por educação ?
- 3.1.2- Para você, a educação serve para quê?
- 3.1.3- Como você define a proposta pedagógica do MST?

3.2- Objetivos

- 3.2.1- Na sua opinião, o que o MST objetiva alcançar com uma educação voltada para o trabalho associado?

3.3- Estratégias de materialização de uma nova hegemonia

- 3.3.1- Na sua opinião, como a educação tem ajudado na superação da sociedade capitalista?
- 3.3.2- Como a educação pode contribuir no processo de construção de novas relações sociais, voltadas para a promoção da igualdade, da solidariedade e da emancipação?

3.3.3- Você acha que as experiências educacionais do Movimento têm contribuído para a construção da igualdade, solidariedade e emancipação?

3.3.4- De que maneira?

3.3.5- Dê exemplos.